

Orçamento Participativo Jovem Portugal

Relatório final da avaliação



FICHA TÉCNICA

Título

Orçamento Participativo Jovem Portugal – Relatório final da avaliação

Data de publicação

11 de dezembro de 2023

Autoria

Unidade Técnica de Avaliação (UTA) – PlanAPP

Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (IPDJ)

Revisão e *layout*

Equipa Multidisciplinar de Comunicação Estratégica (EMCE) – PlanAPP

PlanAPP – Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública

Rua Filipe Folque, 44

1069-123 Lisboa

planapp@planapp.gov.pt

www.planapp.gov.pt

Índice

Siglas e acrónimos	4
Sumário executivo	5
Introdução.....	6
1. Objeto e âmbito da avaliação.....	8
2. Metodologia	14
2.1. Teoria da mudança	14
2.2. Critérios e questões de avaliação.....	16
2.3. Recolha de dados	17
2.4. Análise de dados	20
2.5. Limitações da avaliação.....	21
3. Resposta às questões de avaliação.....	23
3.1. A intervenção respondeu a uma necessidade concreta e devidamente reconhecida?	23
3.2. A intervenção atingiu os seus objetivos?.....	27
3.3. O uso dos recursos assegurou uma implementação económica e atempada?.....	42
3.4. Que diferença fez a intervenção?	46
Conclusões e recomendações	55
Referências bibliográficas	61
Anexos.....	64
I. Projetos vencedores do OPJP.....	64
II. Síntese dos estudos de caso.....	67
III. Calendarização das três edições anuais do OPJP.....	72
IV. Programa da apresentação e discussão dos resultados preliminares	73

Siglas e acrónimos

AMA	Agência para a Modernização Administrativa
Art.	Artigo
DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
EP	Encontro de Participação
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude
OE	Orçamento do Estado
OPEscolas	Orçamento Participativo das Escolas
OPJP	Orçamento Participativo Jovem Portugal
OPP	Orçamento Participativo Portugal
PlanAPP	Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública
PNJ	Plano Nacional para a Juventude
RCM	Resolução do Conselho de Ministros

Sumário executivo

- O Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP) constitui uma política pública com vista a reforçar a participação ativa e informada de jovens nos processos de decisão e na definição de políticas públicas. Foi inscrita no Orçamento do Estado em três anos consecutivos, de 2017 a 2019.
- Cada edição anual do OPJP conteve cinco fases: discussão e elaboração de propostas por parte dos jovens; análise técnica das propostas submetidas; publicação de uma lista provisória de projetos aprovados na análise técnica e período para reclamações; votação pelos jovens; e apresentação pública dos projetos vencedores.
- A presente avaliação integra uma componente de avaliação de processo e uma componente de avaliação de impacto. Trata-se de uma avaliação baseada na teoria e privilegia quatro critérios: relevância, eficácia, eficiência e impacto.
- Adotou-se uma metodologia mista, recorrendo a duas fontes de dados secundários (documentação administrativa e estatísticas de monitorização do OPJP) e quatro fontes de dados primários: entrevistas a informantes privilegiados (11 entrevistas), um questionário às entidades coordenadoras de todos os projetos vencedores que foram ou estão a ser executados (19 projetos), grupos de discussão com jovens proponentes de projetos vencedores (oito jovens) e estudos de caso sobre locais ou projetos específicos (um local e quatro projetos).
- Os resultados preliminares foram apresentados e debatidos num evento público, o qual contou com técnicos da administração pública, representantes de organizações da sociedade civil e académicos de diversos pontos do país e faixas etárias. Procurou-se melhorar as conclusões e recomendações da avaliação em quatro sessões de discussão paralelas que integraram o evento, com um total de 44 participantes.
- Os dados recolhidos na avaliação permitem concluir que o OPJP é relevante enquanto resposta direta a uma necessidade efetiva reconhecida pelas várias partes interessadas.
- A escassez de recursos investidos na sua implementação, insuficientes para a exigência de uma iniciativa à escala nacional e com carácter participativo, originou dificuldades de concretização que só foram atenuadas pela estreita colaboração entre as instituições envolvidas em várias fases da implementação.
- Como aspetos positivos destaca-se a taxa de execução dos projetos vencedores e os impactos de vários desses projetos, sobretudo a nível local, contribuindo para o reforço de dinâmicas comunitárias e melhorias de bem-estar e coesão social. Verificou-se também o desenvolvimento de competências por parte de alguns jovens nas fases de elaboração das propostas e de angariação de votos.
- As principais fragilidades consistiram na falta de clareza no desenho da intervenção, lacunas de substância técnica em várias fases, comunicação desadequada, e insuficiente incorporação dos resultados de monitorização e avaliação no aperfeiçoamento do processo. Para superar estes aspetos, apresenta-se um conjunto de recomendações baseadas na informação recolhida ao longo da avaliação e nas sugestões de melhoria dos intervenientes auscultados.

Introdução

O Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP) foi criado através da sua inscrição no Orçamento do Estado (OE) para 2017, o qual estabeleceu que 10% da verba do Orçamento Participativo Portugal (OPP) seria atribuída a projetos resultantes da participação de jovens entre os 14 e os 30 anos. A verba do OPP para esse ano foi fixada em 3 milhões de euros, pelo que a verba do OPJP correspondeu a 300 mil euros.

O OPJP foi inscrito em termos idênticos nos OE para 2018 e 2019. Como a verba do OPP aumentou, então, para 5 milhões de euros, ao OPJP foram alocados 500 mil euros. Por conseguinte, o OPJP teve três edições anuais e visou decidir sobre a afetação de um total de 1,3 milhões de euros.

A presente avaliação visa dar cumprimento ao disposto no OE para 2020, o qual determinou que ambas as iniciativas nacionais de orçamento participativo seriam avaliadas “com vista ao lançamento de novas iniciativas, de acordo com um modelo renovado”¹. O OPP foi já objeto de avaliação e o seu modelo revisto². A presente avaliação responde a essa obrigação no caso do OPJP, tendo sido executada entre julho de 2022 e junho de 2023.

Começou a ser desenhada em abril de 2022, quando o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) solicitou apoio técnico para este fim ao Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública (PlanAPP). Foi então acordado um plano de trabalho que se estruturou em várias fases: revisão de literatura, conceção do roteiro metodológico, recolha e análise de dados, comunicação e discussão de resultados.

A avaliação esteve a cargo do PlanAPP, mais especificamente da sua Unidade Técnica de Avaliação, que tem como atribuição “promover a avaliação de medidas de política pública e de instrumentos de planeamento, focada, em particular, nos seus efeitos e resultados, contribuindo para um melhor conhecimento sobre a eficácia e a eficiência dos recursos envolvidos” (Despacho n.º 936/2023, de 19 de janeiro).

Um amplo conjunto de instituições e pessoas cooperaram com o processo de avaliação, quer apoiando a recolha de informação, quer integrando o debate sobre as aprendizagens e recomendações daí decorrentes. É devido um agradecimento a todos os que se disponibilizaram em alguma etapa, incluindo dirigentes e técnicos do IPDJ, jovens participantes no OPJP, peritos nas matérias em análise, elementos de vários organismos da administração pública e organizações não governamentais. Agradecemos ainda aos colegas do PlanAPP que leram e comentaram uma versão preliminar deste relatório: Mathias Eistrup (Unidade Técnica de Avaliação), João Lopes e Ana Costa (Unidade Técnica de Monitorização) e Sérgio Faria (Equipa Multidisciplinar de Prospetiva e Planeamento).

O relatório organiza-se da seguinte maneira. Primeiro, define-se o objeto e âmbito da avaliação, incluindo os principais indicadores de execução do OPJP. Segundo, descreve-se a metodologia adotada, especificando os critérios e questões de avaliação, assim como as técnicas mobilizadas para

¹ Art. 216.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2021, de 10 de setembro.

a recolha e análise de dados. Terceiro, responde-se às questões de avaliação com base na análise dos dados. Por último, sintetiza-se as principais conclusões e recomendações da avaliação, com a expectativa de que constituam informação útil para a reflexão e tomada de decisão sobre futuras medidas de política pública.

1. Objeto e âmbito da avaliação

O orçamento participativo pode definir-se, em termos gerais, como “um processo de participação, que visa debater e decidir sobre a afetação de verbas públicas destinadas a intervenções e projetos de interesse público” (Falanga, 2018a: 2). No contexto da política pública, os orçamentos participativos surgem para “refortalecer a confiança da cidadania para com instituições e representantes políticos” (Falanga, 2019: 443), ao promover maior envolvimento e participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, num contexto em que a democracia representativa parece já não ser capaz de “fazer face aos novos desafios e de mobilizar as energias e a confiança dos cidadãos” (Dias e Allegretti, 2009: 59)³.

Desde o surgimento de uma iniciativa de orçamento participativo na cidade brasileira de Porto Alegre em 1989, os orçamentos participativos expandiram-se um pouco por todo o mundo, com configurações variáveis (Dias, 2014). Em Portugal a primeira iniciativa teve lugar em 2002 no município de Palmela (Falanga, 2019). Contabilizam-se no país, até à data presente, mais de 1600 iniciativas de orçamento participativo realizadas por organismos públicos ou privados, na sua maioria aplicadas à escala de um município ou de uma organização (Dias *et al.*, 2021).

No OE para 2017 foi criado o OPP. Foi também criado o OPJP, o qual assegurava que 10% da verba do OPP, i.e. 300 mil euros, seria atribuída a projetos resultantes da participação de jovens entre os 14 e os 30 anos⁴. O OPJP foi inscrito de novo nos OE para 2018 e 2019, então correspondendo a uma verba de 500 mil euros⁵. Em suma, o OPJP teve três edições anuais e visou decidir sobre a afetação de um total de 1,3 milhões de euros.

Os objetivos do OPJP, bem como os seus princípios técnicos e regras de operacionalização, foram estabelecidos através de Resoluções do Conselho de Ministros (RCM) aprovadas anualmente.

³ Existe uma bibliografia abundante sobre políticas participativas, incluindo análises empíricas de orçamentos participativos em Portugal (Dias e Allegretti, 2009; Allegretti, Dias e Antunes, 2016; Falanga, 2018a, 2018b, 2019; Dias, 2022) e noutros países (Allegretti e Herzberg, 2006; Allegretti, Leiva e Yáñez, 2011; Dias, 2014; Bherer *et al.*, 2016; Font, Amo e Smith, 2016; Sgueo, 2016; Fernández-Martínez, García-Espin e Jiménez-Sánchez, 2020; Dias *et al.*, 2021). Os contributos da bibliografia foram sintetizados no Relatório Metodológico desta avaliação e serão aqui retomados para apoiar a recolha e análise de dados.

⁴ Art. 3.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

⁵ Art. 3.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro; e Art. 3.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

Quadro 1 - Objetivos do Orçamento Participativo Jovem Portugal (Resoluções do Conselho de Ministros n.º 130/2017, n.º 67/2018 e n.º 59/2019)⁶

A	Reforçar a qualidade da democracia participativa no quadro da Constituição da República Portuguesa
B	Fomentar a participação ativa e informada dos cidadãos jovens nos processos de decisão, favorecendo a existência de uma sociedade civil forte e ativa, que prossiga o desenvolvimento coeso nos planos económico e social e o correspondente aumento da qualidade de vida
C	Promover a participação dos cidadãos jovens na definição de políticas públicas adequadas às suas necessidades e conformes às suas opiniões
D	Reforçar a educação para a cidadania e o sentimento de pertença ao todo comunitário, incentivando a atuação cidadã responsável, mediante a promoção do contacto privilegiado dos cidadãos jovens com os entes públicos, envolvendo-os na permanente definição da <i>res publica</i>

As mesmas RCM determinaram que a implementação do OPJP se organizava em cinco fases.

Quadro 2 - Fases de implementação do Orçamento Participativo Jovem Portugal (Resoluções do Conselho de Ministros n.º 130/2017, n.º 67/2018 e n.º 59/2019)

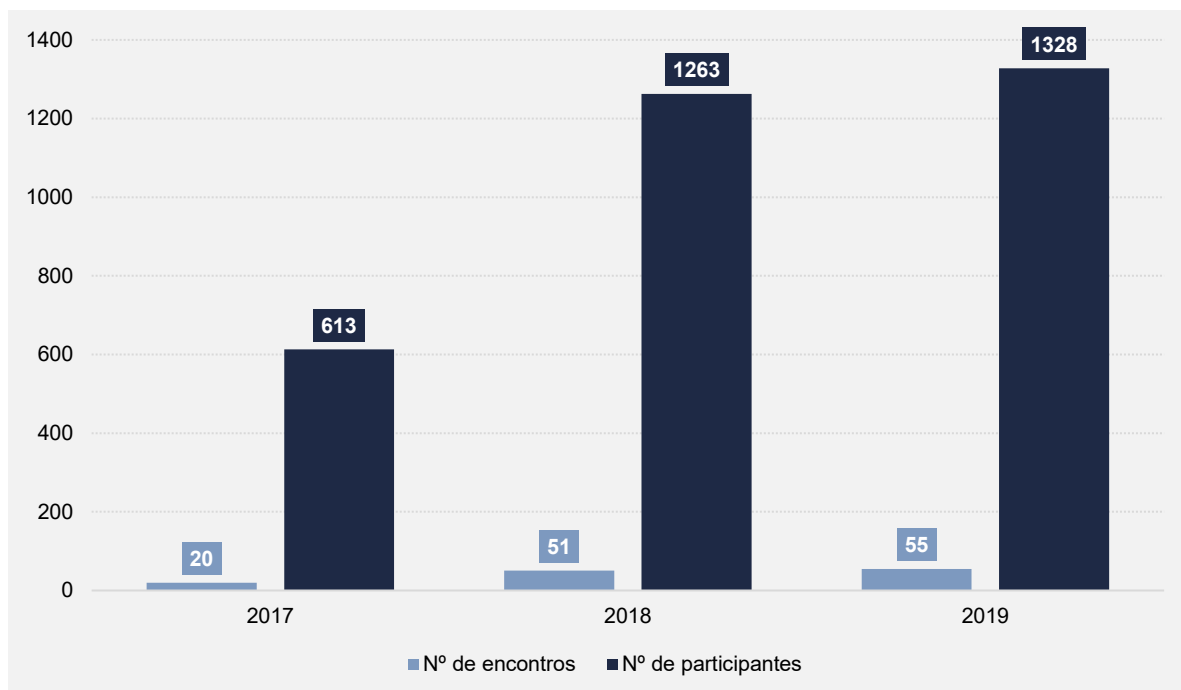
Fase 1	Discussão e elaboração de propostas, com encontros de participação em todo o território nacional
Fase 2	Análise técnica das propostas por cada uma das áreas governativas e respetivos serviços com competências nas áreas das propostas apresentadas e subsequente transformação de propostas em projetos, com calendário, modo de execução e previsão de investimento
Fase 3	Publicação da lista provisória de projetos a colocar à votação e, subsequentemente, período para apresentação de reclamações por parte dos proponentes
Fase 4	Votação pelos cidadãos nacionais e estrangeiros, a residir legalmente em Portugal, com idade entre os 14 e os 30 anos inclusive, dos projetos disponibilizados na plataforma eletrónica do OPJP
Fase 5	Apresentação pública dos projetos vencedores e inscrição dos projetos nos orçamentos respetivos

Os indicadores de execução do OPJP que se apresentam em seguida proporcionam um olhar panorâmico sobre o objeto de avaliação, nomeadamente quanto à sua dimensão e substância.

No cômputo global das três edições do OPJP, foram realizados 126 Encontros de Participação (EP), com 3204 participantes. Em cada edição, houve EP em todos os distritos e regiões autónomas do país.

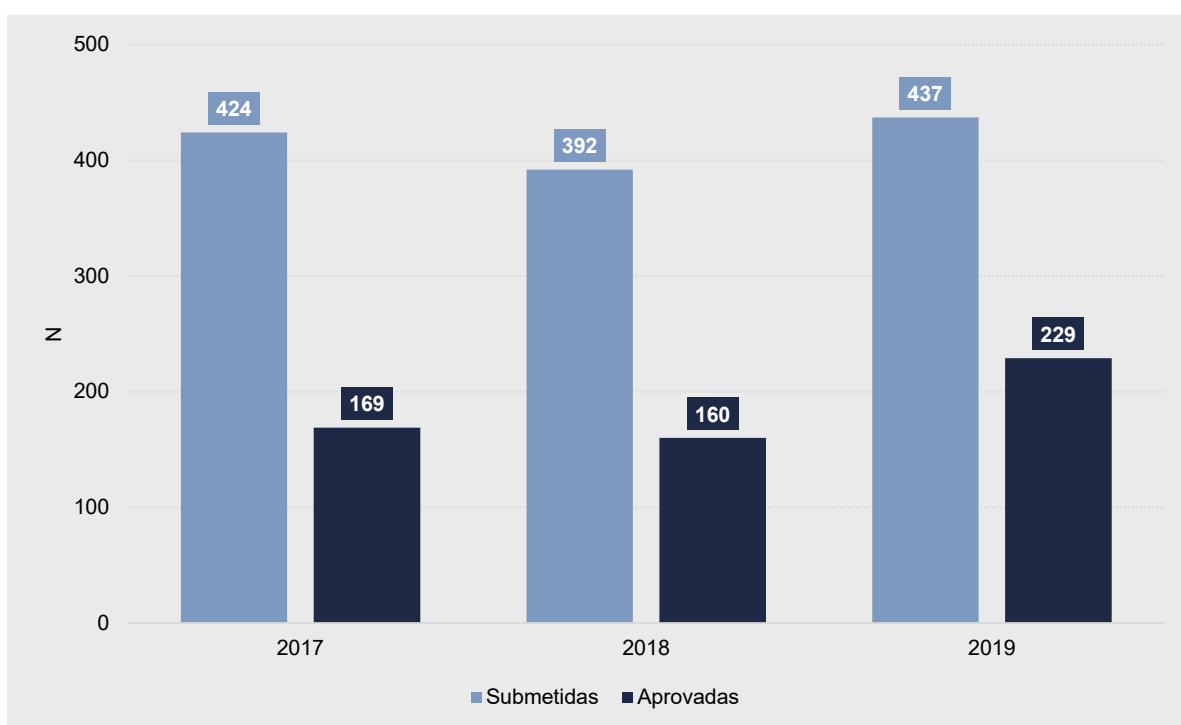
⁶ Salvo quando exista indicação em contrário, todos os quadros e figuras são de elaboração própria com base na análise de legislação, documentação administrativa ou dados de monitorização do OPJP.

Figura 1 - Encontros de Participação e participantes, por ano



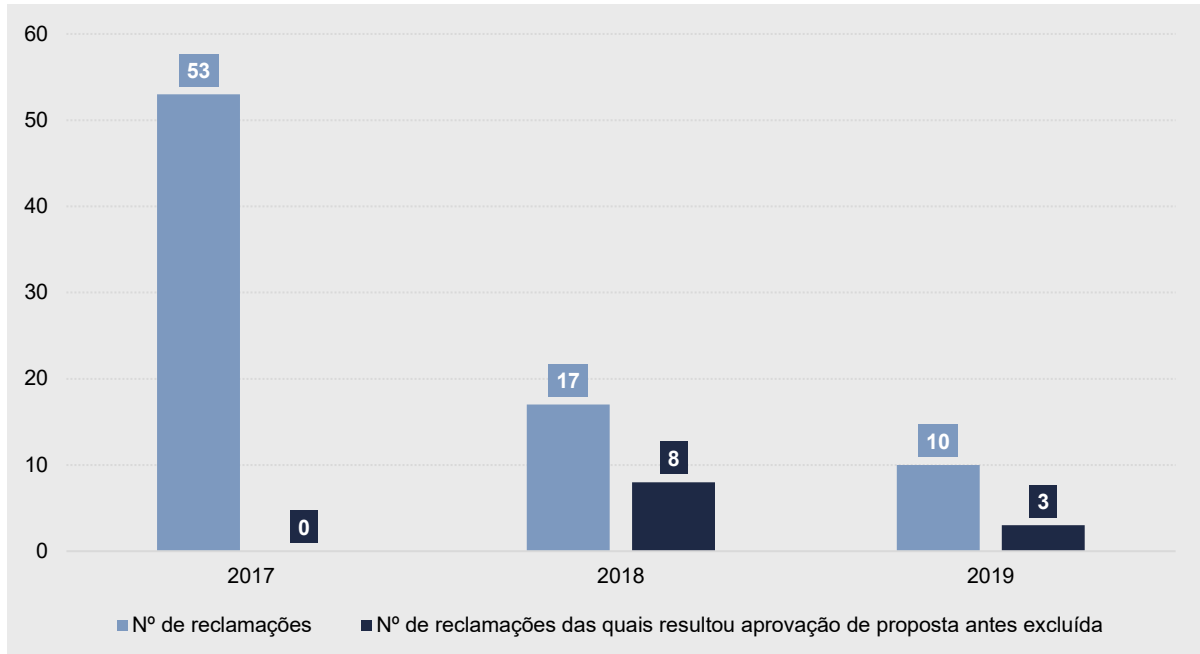
A submissão de propostas por parte de jovens era possível por várias vias: durante os EP, através da plataforma *online* do OPJP ou nos serviços desconcentrados do IPDJ. No total das três edições foram submetidas 1243 propostas, das quais 558 (44,5%) foram aprovadas na fase da análise técnica.

Figura 2 - Propostas submetidas e aprovadas, por ano



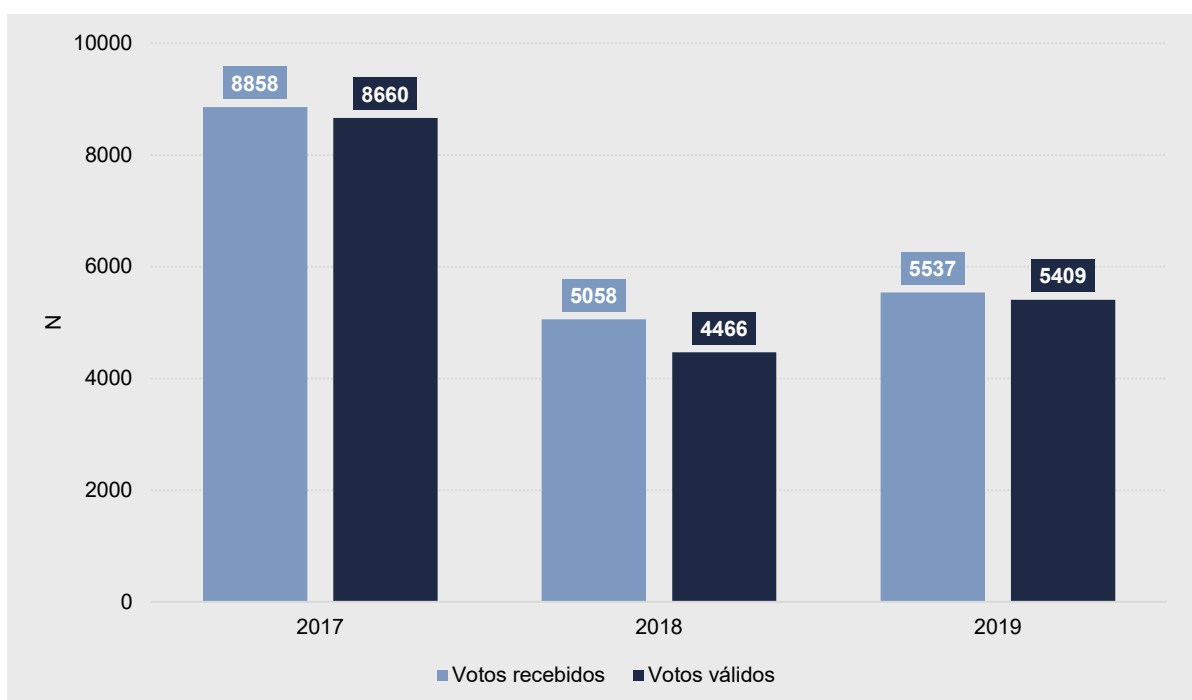
Após a publicação da lista provisória de projetos aprovados para votação, os proponentes podiam apresentar reclamação. Houve um total de 80 reclamações. Em 11, a análise da reclamação levou a que o projeto em questão, antes excluído, fosse aprovado para votação.

Figura 3 - Reclamações apresentadas após a publicação da lista provisória de projetos para votação, por ano



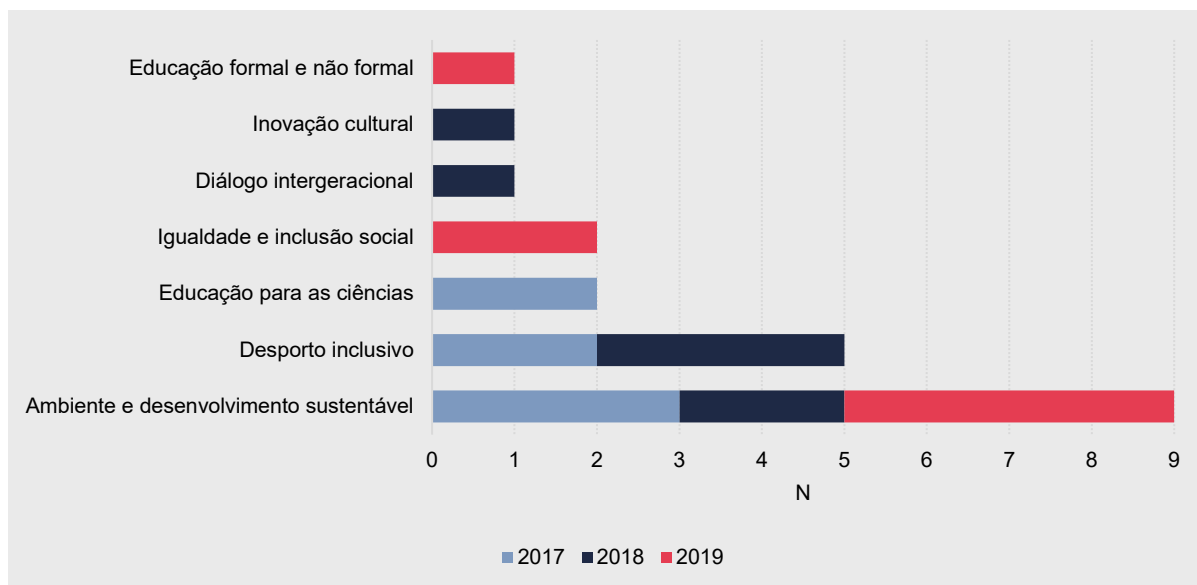
Na fase de votação, foi recebido um total de 18 733 votos, dos quais 18 535 (95,3%) válidos. O número de votos foi consideravelmente maior em 2017. Em contrapartida, 2018 distingue-se como o ano que registou quer o menor número de votos recebidos, quer a menor proporção de votos válidos.

Figura 4 - Votos recebidos e votos válidos, por ano



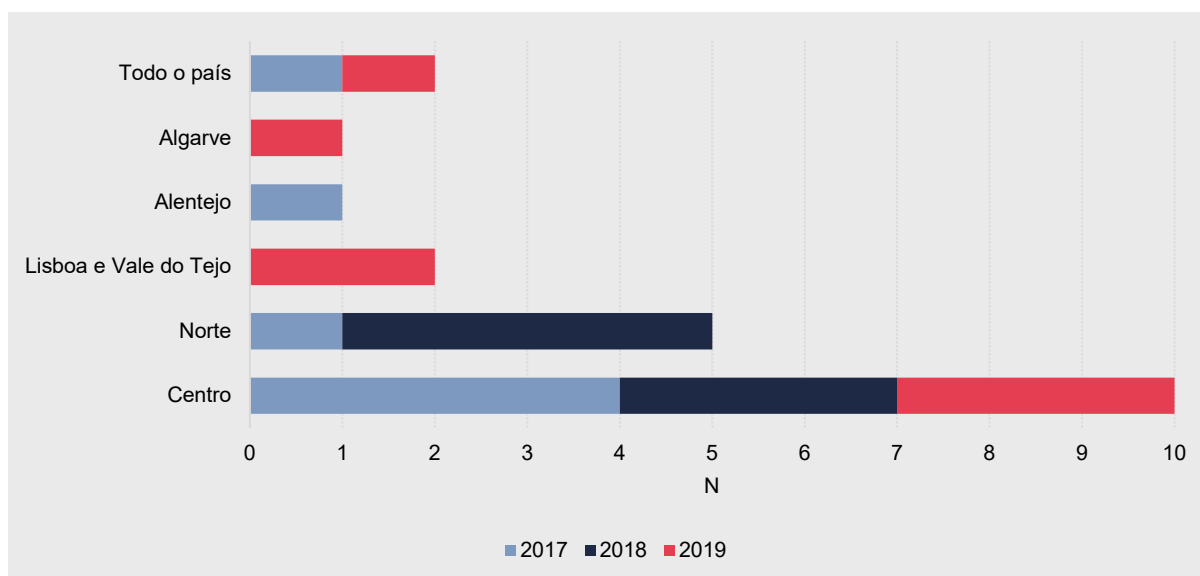
Foram apurados 21 projetos vencedores (sete em cada ano), somando um valor orçamentado de 1 196 500 euros. Relativamente à área temática dos projetos vencedores, nove enquadram-se na área de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cinco na área de Desporto Inclusivo.

Figura 5 - Projetos vencedores, por área temática e ano



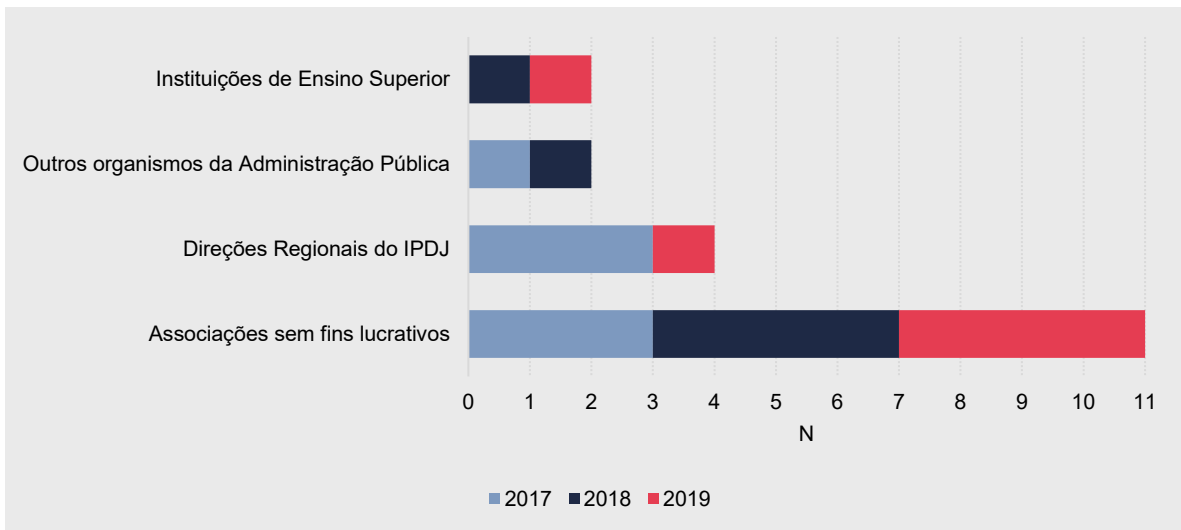
Quanto à distribuição geográfica dos projetos vencedores, predominam o Centro (10 projetos) e o Norte (cinco projetos). A região de Lisboa e Vale do Tejo beneficiou de dois projetos vencedores e as regiões de Algarve e Alentejo apenas um projeto cada. No caso do Alentejo, o projeto foi implementado nessa região por acordo entre o IPDJ e a proponente, uma vez que a região não beneficiara ainda de qualquer projeto vencedor. Os dois projetos identificados como beneficiando todo o país correspondem à criação de ferramentas *online*.

Figura 6 - Projetos vencedores, por região beneficiária e ano



Na sua maioria os projetos foram executados por associações sem fins lucrativos, com base em protocolos de parceria estabelecidos para esse efeito pelo IPDJ. Dois projetos foram executados por instituições de ensino superior e dois outros por organismos da administração pública. No caso dos restante quatro projetos, considera-se que a entidade executante foi o IPDJ na medida em que este adquiriu os bens ou equipamentos necessários e os cedeu em regime de comodato a autarquias ou associações locais.

Figura 7 - Projetos vencedores, por perfil da entidade executante e ano



As principais características dos projetos vencedores encontram-se sistematizadas no Anexo I.

2. Metodologia

As características da política pública em causa e o normativo legal que determinou a sua avaliação fez com que esta última fosse desenhada de modo a abranger as três edições do OPJP realizadas e a produzir conhecimento rigoroso sobre a implementação da intervenção, bem como sobre os respetivos resultados e efeitos.

Por conseguinte, este exercício integra uma componente de avaliação de processo e uma componente de avaliação de impacto. A avaliação de processo centra-se nos aspetos de implementação de uma política e permite compreender melhor como esta está a ser operacionalizada, experienciada e interpretada pelos diversos atores envolvidos, verificando se os mecanismos previstos estão a funcionar como deveriam, e produzindo recomendações concretas para os afinar (GAO, 2012: 15). Já a avaliação de impacto centra-se nos efeitos da política e nas interações desses efeitos com fatores externos, observando que mudanças ocorreram e procurando ligações causais que expliquem em que medida tais mudanças decorreram da intervenção, como e porquê (Stern *et al.*, 2012: 5-6).

Em termos de abordagem, trata-se de uma avaliação baseada na teoria. Frequentemente usada em diversos países e áreas temáticas, a avaliação baseada na teoria assenta na ideia de que uma intervenção pode ser descrita enquanto sequência de causas e efeitos, permitindo averiguar em que medida cada passo dessa sequência é bem-sucedido (Weiss, 1997; Coryn *et al.*, 2011; Comissão Europeia, 2013; AD&C, 2021). De forma sucinta, consiste em explicitar uma teoria da mudança e, tomando-a como modelo analítico, examinar em que medida os dados empíricos a corroboram e, assim, como contribuiu a intervenção para os resultados observados (Treasury Board of Canada Secretariat, 2021).

2.1. Teoria da mudança

A aplicação da teoria da mudança permite explicitar, de modo graficamente claro e intuitivo, a cadeia de acontecimentos e resultados que é esperada para uma política pública atingir os seus objetivos. Enquanto ferramenta de trabalho facilita a sistematização de um modo de pensar sobre a intervenção e sobre as ligações de causa-efeito entre as atividades (o que se faz) e os impactos (as transformações ocorridas) (van Es *et al.*, 2015). Perante a variedade de modos como a teoria da mudança tem sido usada, foi tomado como referência o esquema proposto por Mayne (2015, 2019b), o qual tem a virtude de, por um lado, incorporar contributos dos modelos comportamentais e, por outro, permitir uma construção relativamente simples e pragmática.

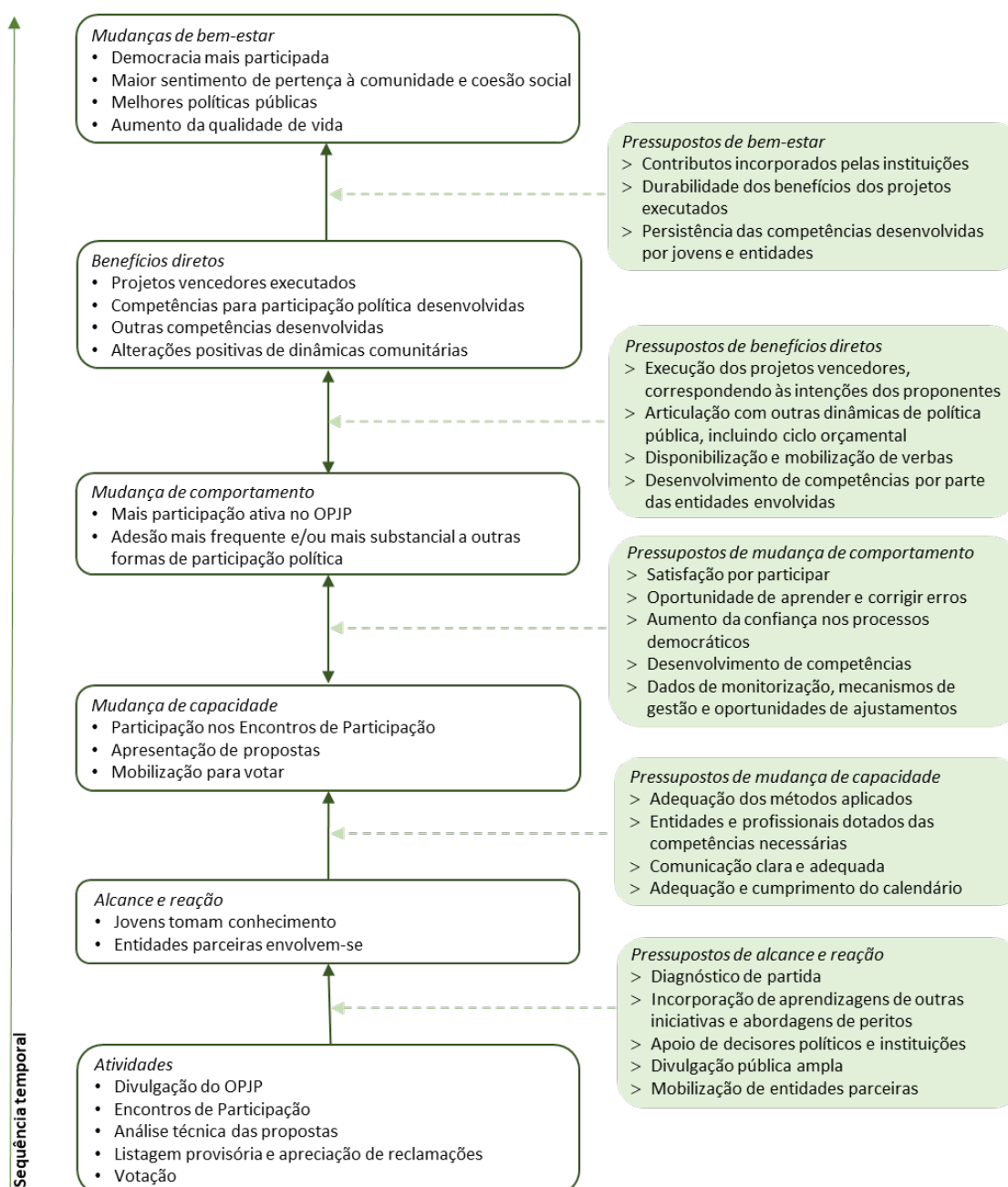
A Figura 8, abaixo, deve ser lida de baixo para cima, refletindo a sequência temporal dos acontecimentos. Assim, na base da figura encontramos as principais atividades de implementação do OPJP: divulgação, realização de EP, análise técnica das propostas submetidas por jovens, listagem provisória de projetos e apreciação de reclamações, e realização da votação (*atividades*).

O sucesso destas atividades dependia, numa primeira instância, de conseguir que os jovens tomassem conhecimento do OPJP e que as entidades parceiras se envolvessem (*alcance e reação*). Pretendia-se que isso levasse jovens a estar presentes nos EP, a apresentar propostas e a mobilizar-se para votar (*mudança de capacidade*).

A participação ativa de jovens no OPJP constituía um objetivo em si mesmo, pois trata-se de uma forma de participação cívica e política, mas comportava também a expectativa de incentivar os mesmos jovens a uma adesão mais frequente ou mais substancial a outras formas de participação política (*mudança de comportamento*). Se assim acontecesse, poderíamos esperar a produção dos *benefícios diretos* e das *mudanças de bem-estar* que encontramos no topo da figura.

As caixas a sombreado verde identificam os pressupostos necessários para que cada passo da teoria da mudança conduza ao seguinte.

Figura 8 - Teoria da mudança do Orçamento Participativo Jovem Portugal



2.2. Critérios e questões de avaliação

No âmbito de uma avaliação, a intervenção é aferida de acordo com um conjunto de critérios e questões específicas. Foram tidas em consideração as orientações gerais da OCDE (2021) quanto aos critérios a contemplar numa avaliação, bem como recomendações específicas para a avaliação de processos participativos (OCDE, 2005; OIDP, 2006; Falanga, 2018c; Falanga e Ferrão, 2021). A seleção de critérios e os aspetos a considerar foram adaptados ao caso concreto do OPJP.

Quadro 3 - Critérios e questões de avaliação

Critério	Questão	Aspetos a considerar
1. Relevância	1.1. A intervenção responde a uma necessidade concreta e devidamente reconhecida?	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um diagnóstico de partida para informar o desenho da intervenção • Incorporação de aprendizagens de outras iniciativas e/ou de abordagens desenvolvidas por peritos • Articulação com outras dinâmicas de política pública, incluindo o ciclo orçamental • Apoio de decisores políticos e instituições relevantes • Existência de dados de monitorização, mecanismos de gestão e/ou oportunidades de realizar ajustamentos ao plano inicial quando pertinente (devido a mudanças de contexto, barreiras identificadas, etc.)
2. Eficácia	2.1. A intervenção atinge os seus objetivos?	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação pública da intervenção • Mobilização de entidades parceiras • Participação de jovens, considerando quantidade (número de participantes), diversidade (idade, género, território, escolarização, pertença associativa, etc.) e qualidade (substância da participação, satisfação, continuidade, autonomia, etc.) • Adequação dos métodos aplicados em cada fase da intervenção • Competências (formais, técnicas, relacionais, etc.) de entidades e profissionais envolvidos • Comunicação com participantes e com entidades, incluindo um regulamento claro e acessível, transmissão de decisões e esclarecimento de dúvidas • Execução dos projetos vencedores, correspondendo às intenções dos proponentes
3. Eficiência	3.1. O uso dos recursos assegura uma implementação económica e atempada?	<ul style="list-style-type: none"> • Escassez, desperdício ou replicação de recursos em alguma fase da intervenção • Disponibilização e mobilização de verbas requeridas nas várias fases da intervenção • Benefícios da colaboração entre entidades (administração pública central e local, estabelecimentos educativos, organizações não governamentais, etc.) • Adequação e cumprimento do calendário
4. Impacto	4.1. Que diferença faz a intervenção?	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de competências para a participação política (qualidade e viabilidade das suas propostas, confiança nas instituições, envolvimento posterior noutras formas de participação política) • Desenvolvimento de outras competências pelos participantes, tais como autoconfiança, criatividade, comunicação, negociação e trabalho em equipa • Desenvolvimento de competências técnicas e relacionais para processos participativos por parte das entidades envolvidas na intervenção • Alterações de dinâmicas comunitárias nos locais onde ocorrem atividades mais substantivas (Encontros de Participação ou execução de projetos vencedores) • Situação dos projetos vencedores após o período estabelecido para a sua execução

2.3. Recolha de dados

Dada a complexidade e a intersubjetividade presentes nas políticas de cariz participativo, a avaliação das mesmas deve trabalhar com métodos mistos, beneficiando da complementaridade entre técnicas quantitativas e qualitativas, administrativas e participativas (OIDP, 2006; Font, Della Porta e Sintomer, 2012; Falanga, 2018c; Falanga e Ferrão, 2021). Para esse efeito, recorreu-se a duas fontes de dados secundários (documentação e estatísticas) e quatro fontes de dados primários (entrevistas, inquérito por questionário, grupos de discussão e estudos de caso).

Documentação

A recolha de documentação orientou-se pelo objetivo de captar os processos de criação, desenho, implementação e monitorização do OPJP. Considerou-se, assim, um conjunto variado de materiais:

- Orçamentos do Estado que incluíram o OPJP e documentos relacionados, incluindo propostas de alteração, transcrições de debates parlamentares e leis de enquadramento orçamental;
- Resoluções do Conselho de Ministros que regulamentaram o OPJP;
- Documentos administrativos relativos à implementação e monitorização do OPJP, como relatórios de execução, mapas de despesa, protocolos de cooperação e contratos de comodato celebrados para execução dos projetos vencedores;
- Relatórios estatísticos relativos a cada edição do OPJP, elaborados pela equipa de consultoria contratada pelo IPDJ para prestar apoio técnico;
- Materiais de apoio à realização de atividades relevantes, como o formulário para apresentação de propostas por parte de jovens, os guiões orientadores dos EP e os conteúdos lecionados na formação de técnicos para a implementação do OPJP;
- Website do OPJP (<https://opjovem.gov.pt/>), incluindo textos informativos, vídeos promocionais, listagens de projetos submetidos a votação e de projetos vencedores, respostas a perguntas frequentes, etc.

Estatísticas

O serviço prestado pela equipa de consultoria contratada pelo IPDJ para apoio técnico ao OPJP incluiu a recolha e análise de dados de monitorização, os quais se encontram vertidos em relatórios anuais. Esses dados abrangem, entre outros elementos, os números de jovens participantes em cada fase, EP realizados, propostas apresentadas e projetos submetidos a votação.

Relativamente aos jovens presentes nos EP, os dados de monitorização incluem também a sua caracterização sociodemográfica (sexo, idade, escolaridade, município de residência, nacionalidade e situação no trabalho), a sua experiência cívica/política (se faziam parte de alguma associação de jovens, se tinham participado anteriormente em algum Orçamento Participativo e se costumavam votar nas eleições autárquicas, regionais, nacionais ou europeias) e alguns aspetos da sua interação com o

OPJP (como tiveram conhecimento do mesmo, motivo pelo qual participaram, confiança nas etapas seguintes da iniciativa e sugestões para a sua melhoria).

Todos estes dados foram considerados na presente avaliação, em particular para compreender o alcance e a distribuição geográfica das atividades desenvolvidas nas diversas fases de implementação do OPJP e o perfil dos jovens participantes.

Entrevistas

Foram realizadas onze entrevistas individuais a informantes privilegiados, de modo a conhecer as suas perspetivas sobre os procedimentos de implementação e identificar fatores críticos de sucesso. Três entrevistas foram conduzidas com carácter exploratório durante o desenho da avaliação (entre agosto e setembro de 2022); as restantes foram conduzidas entre novembro de 2022 e março de 2023.

Uma vez que se pretendia abranger todo o ciclo da política pública, o conjunto de entrevistados incluiu dirigentes e técnicos da administração pública envolvidos no desenho, na gestão ou na implementação do OPJP, bem como dirigentes e técnicos de outras entidades envolvidas em alguma fase de implementação.

As entrevistas foram semiestruturadas e duraram entre 60 e 90 minutos, com uma duração média de 72 minutos. Toda a informação recolhida foi tratada e conservada de forma anónima, ficando apenas disponível e acessível à equipa de avaliação e estritamente para os fins da presente avaliação, conforme o termo de consentimento assinado pelas pessoas entrevistadas.

Questionário

Foi concebido e aplicado um inquérito por questionário às entidades que coordenam ou coordenaram a execução dos projetos vencedores do OPJP, com vista a caracterizar os projetos e conhecer as perspetivas dessas entidades sobre diversos aspetos de processo e de impacto.

Dos 21 projetos vencedores do OPJP, foram considerados para efeito deste questionário os 19 projetos cuja execução está concluída ou em curso, deixando de parte os dois que não tiveram ainda início por necessidade de ajustamentos técnicos, e relativamente aos quais seria, por isso, impossível identificar a entidade executante. A taxa de resposta ao questionário foi de 100%.

Grupos de discussão

Foram conduzidos três grupos de discussão, com um total de oito jovens proponentes de projetos vencedores do OPJP. Os grupos de discussão visaram sobretudo conhecer e discutir as experiências por parte dos jovens enquanto participantes no OPJP e as suas perspetivas sobre a execução dos projetos por si propostos.

Procurou-se, através do IPDJ, envolver nesta auscultação os jovens proponentes de todos os projetos vencedores (21), só se tendo obtido sucesso no caso de oito projetos. O insucesso nos restantes casos prendeu-se com motivos diversos, como a alteração de contactos pessoais (número de telefone e endereço de correio eletrónico), a indisponibilidade ou a falta de interesse dos jovens em participar na avaliação.

Os grupos de discussão foram semiestruturados e duraram entre 82 e 102 minutos, com uma duração média de 92 minutos.

Estudos de caso

Foram realizados quatro estudos de caso a fim de examinar em profundidade a implementação do OPJP e a sua produção de impactos. Estes estudos de caso incidiram sobre locais ou projetos particularmente informativos para responder às questões de avaliação.

Para a seleção de um local, privilegiaram-se dois municípios onde o OPJP adquiriu maior dinamismo, com vista a identificar práticas e fatores de sucesso, bem como eventuais dificuldades de implementação. O dinamismo foi aferido através de indicadores de execução como os números de jovens participantes e de projetos vencedores. Com base nestes critérios, a escolha recaiu sobre Aveiro e Águeda, dois concelhos limítrofes nos quais se encontram um terço dos projetos vencedores.

Para a seleção de projetos, privilegiaram-se aqueles com dotação orçamental mais elevada ou de âmbito territorial nacional. Procurou-se também assegurar diversidade relativamente aos anos em que os projetos venceram, à sua área temática, à localização geográfica da sua execução e à natureza pública ou privada das entidades que os executaram. Com base nestes critérios, a escolha recaiu sobre os projetos listados na tabela abaixo.

Quadro 4 - Projetos selecionados para estudos de caso

Projeto	Ano	Localização	Entidade executante	Dotação
App Caderneta do Aluno	2017	Nacional	DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	€50 000
Teatro da Pessoa	2018	Caldas da Rainha	DRCC - Direção Regional de Cultura do Centro	€100 000
Desporto para Todos	2018	Águeda	Associação de Vale Domingos	€100 000
Energia Azul	2018	Aveiro	Universidade de Aveiro	€75 000

Para a realização dos estudos de caso, procedeu-se à recolha de documentação, realização de entrevistas a diversos intervenientes (nomeadamente coordenadores dos projetos e profissionais de

entidades parceiras) e recorreu-se à observação direta, incluindo visitas ao terreno no caso de projetos com execução física.

Os resultados dos estudos de caso encontram-se refletidos, do mesmo modo que os dados das outras fontes, na resposta às questões de avaliação. Além disso, uma síntese de cada estudo de caso pode ser consultada no Anexo II.

2.4. Análise de dados

Para a análise dos dados recolhidos, foram mobilizados os métodos da análise de contribuição (*contribution analysis*) e do delineamento de processo (*process tracing*), beneficiando das vantagens da sua combinação (Befani e Mayne, 2014).

A análise de contribuição visa produzir afirmações credíveis relativamente ao contributo da intervenção para os resultados observados – não apenas se contribuiu, mas também como, porquê e para quem (Mayne, 2019a). Assenta numa lógica generativa de inferência causal (distinguindo-se, por exemplo, de uma lógica contrafactual), ou seja, encara a causalidade como uma sequência de acontecimentos causa-efeito e procura identificar vias de impacto (*impact pathways*) entre as atividades e os resultados. A sua aplicação é adequada a cenários complexos, com uma multiplicidade de níveis de ação, agentes e fatores internos e externos, quando é inviável autonomizar e quantificar inteiramente as variáveis relevantes. Indo além de uma simples recolha de opiniões das partes interessadas, a evidência empírica é analisada à luz da teoria da mudança elaborada, de modo a corroborar ou refutar as suas componentes, vias de impacto e assunções de ligação causal (Mayne, 2019a: 174-5).

O delineamento de processo tem a sua génese nos métodos de estudo de caso e procura fazer uma descrição aprofundada dos mecanismos causais que conduzem aos resultados observados (Beach e Pedersen, 2013). Nesta avaliação, tentou-se construir uma explicação consistente e fundamentada para os resultados do OPJP, sem esquecer os potenciais contributos para uma discussão mais ampla sobre as dinâmicas dos orçamentos participativos e de outras políticas públicas de caráter participativo. Como indicado por Mayne (2019a), o delineamento de processo deve incorporar testes à evidência empírica, questionando a sequência temporal (é a temporalidade da ocorrência de resultados lógica plausível?), o esforço despendido (é razoável que o nível de esforço despendido tenha produzido os resultados observados?) e a visibilidade dos efeitos (há efeitos primários ou secundários efetivamente observáveis?).

Foi realizado, a 22 de junho de 2023, um evento público para apresentar e debater os resultados preliminares da avaliação. O evento, cujo programa pode ser consultado no Anexo IV, integrou quatro sessões de discussão paralelas que abordaram diferentes fatores críticos identificados na avaliação, nomeadamente o desenho da intervenção, os recursos necessários, a substância técnica das diversas fases de implementação e a comunicação. Participaram nessas sessões de discussão um total de 44 pessoas, incluindo técnicos de instituições envolvidas na implementação do OPJP, bem como outros técnicos da administração pública central e local, representantes de organizações da sociedade civil e

académicos, de diversos pontos do país e faixas etárias. Os contributos recolhidos nas sessões permitiram melhorar a análise dos resultados e a elaboração de recomendações.

2.5. Limitações da avaliação

O alcance de uma avaliação e dos seus resultados é sempre limitado por um conjunto de aspetos. Importa identificá-los não só para compreender melhor a presente avaliação e o âmbito da sua validade, mas também para tentar prevenir limitações idênticas em trabalhos futuros.

Assinale-se, em primeiro lugar, que a avaliação só teve início em julho de 2022, mais de dois anos após se determinar, no OE para 2020, que o OPJP seria objeto de avaliação. Importa referir que, embora sem edições novas desde então, o OPJP permaneceu ativo durante todo este período, pois a execução dos projetos vencedores manteve-se em marcha e continua a decorrer ainda hoje. Além disso, a equipa de consultoria que acompanhou o OPJP entregou ao IPDJ relatórios anuais – 2017, 2018 e 2019 – com elementos muito úteis para avaliar a intervenção, incluindo recomendações de afinamentos específicos no processo de implementação.

Ainda assim, o tempo entretanto decorrido comporta inevitáveis dificuldades para reconstituir todas as etapas da intervenção e para restabelecer o contacto com intervenientes. Por exemplo, alguns informantes privilegiados que foram entrevistados na presente avaliação não guardavam já uma memória precisa de acontecimentos e decisões. Revelou-se especialmente difícil localizar os jovens proponentes de projetos vencedores, cujas experiências e perceções se revestiam de grande importância para responder a várias das questões de avaliação. Em contrapartida, procurou-se aproveitar a única vantagem do intervalo de tempo: a aferição de efeitos a médio prazo, especialmente no que respeita à execução de projetos vencedores e às suas perspetivas de continuidade uma vez terminado o período de execução.

A recolha de dados teria sido mais ampla e aprofundada se incluísse mais intervenientes. É o caso, em particular, de jovens com diferentes formas e graus de envolvimento no OPJP. Seria relevante auscultar não só mais proponentes de projetos vencedores, mas também jovens que propuseram projetos que não venceram e ainda jovens que não submeteram propostas, por forma a compreender o que os distinguiu. É o caso, também, de pessoas incumbidas de realizar a análise técnica das propostas submetidas. Seria útil conhecer com mais detalhe as dificuldades da análise técnica, já que esta é uma fase do OPJP bastante criticada por diversos intervenientes e que originou dificuldades posteriores na execução de projetos. Estes alargamentos da auscultação teriam requerido, porém, uma ampliação dos recursos investidos na avaliação.

Outra limitação consistiu na incapacidade de esclarecer algumas incongruências nos dados de monitorização do OPJP consoante as fontes consultadas, em particular o *website* do OPJP e os relatórios anuais produzidos pela equipa de consultoria. Sempre que os dados não coincidiam, foi dada primazia à análise daqueles que constam nos relatórios anuais, por se apresentarem mais completos e desagregados.

De modo mais amplo, salienta-se que a maior propensão dos jovens que participaram no OPJP para outras formas de participação cívica ou política no futuro – tais como votar em eleições ou integrar ativamente organizações da sociedade civil – seria um indicador importante de sucesso da intervenção, embora tenha de se aceitar que os impactos a esse nível podem demorar muitos anos a manifestar-se e ser difíceis de destringir de outros fatores e acontecimentos ao longo da vida (Abelson e Gauvin, 2006).

A dificuldade de estabelecer relações de causalidade entre as atividades realizadas e os resultados observados seria mitigada numa avaliação que acompanhasse a intervenção em tempo real. Isto permitiria, em linha com o desenho de avaliação desenvolvido para outras iniciativas de participação cidadã por Falanga e Ferrão (2021), aferir as perceções e os comportamentos dos mesmos jovens antes e após participarem no OPJP, e comparar tal evolução com a evolução de jovens que não participaram no OPJP. A constituição de painéis de jovens facilitaria a sua auscultação ao longo do tempo.

Em suma, condições de partida diferentes teriam possibilitado outras opções metodológicas, nomeadamente adotando uma lógica de inferência causal estatística (com recurso a dados de painel) ou contrafactual (com recursos a métodos experimentais ou quasi-experimentais).

3. Resposta às questões de avaliação

3.1. A intervenção respondeu a uma necessidade concreta e devidamente reconhecida?

O OPJP procurou responder a uma necessidade concreta e as partes interessadas partilham um entendimento comum sobre o objetivo geral e a importância da intervenção, enquanto instrumento para a melhoria da democracia e reforço da participação pública dos cidadãos jovens.

No entanto, a eficácia deste instrumento na resposta a necessidades específicas pode ter sido prejudicada pela ausência de um diagnóstico prévio abrangente. O estudo que serviu de base à introdução do OPJP no OE foi elaborado com uma finalidade distinta e, por isso, não explorou aspetos críticos, como as causas para o aumento da insatisfação dos jovens com a democracia, nem os dados relativos à sua participação cívica e política. Esse diagnóstico seria fundamental para perceber melhor as características e motivações deste segmento da população e, assim, identificar as estratégias de implementação mais adequadas ao contexto e capazes de promover efetivamente a participação e a confiança dos jovens nestes processos institucionais. A ausência de um diagnóstico circunstanciado prejudicou também a definição dos objetivos específicos da intervenção, que são demasiado amplos e, na prática, difíceis de verificar.

É importante destacar que, embora haja um consenso sobre o objetivo geral e a importância do OPJP, algumas partes manifestaram dúvidas acerca da viabilidade deste modelo deliberativo, que dá aos jovens a oportunidade de propor e votar em projetos. Essas dúvidas decorrem das dificuldades sentidas relativamente à implementação dos projetos vencedores e das preocupações daí resultantes sobre a capacidade de este modelo garantir uma alocação eficaz de recursos (e.g. alocação tempestiva, projetos sustentáveis e relevantes para a comunidade). Foram mencionadas as abordagens consultivas como alternativas mais viáveis, nas quais os jovens, ao invés de apresentar os seus projetos, debatem investimentos previamente identificados pela entidade pública e com viabilidade técnica e orçamental já assegurada. Vários autores (Dias, 2014; Allegretti *et al.*, 2016) têm argumentado, porém, que os modelos consultivos não são verdadeiros orçamentos participativos, porque mantêm centralizado o poder de decisão, o que contradiz o princípio fundamental destas iniciativas, que é o de dar autoridade e autonomia aos cidadãos para decidirem em conjunto como devem os recursos públicos ser alocados e investidos.

Existência de um diagnóstico de partida para informar o desenho da intervenção

No quadro das medidas inscritas no Programa do XXI Governo Constitucional para “melhorar a qualidade da democracia”, foi consagrado o compromisso de adotar um “Orçamento Participativo a nível do Orçamento do Estado, prevendo-se a afetação de uma verba anual determinada a projetos

propostos e escolhidos pelos cidadãos a financiar e realizar em certas áreas do Governo e da Administração Estadual, dando prioridade a medidas promotoras da qualidade de vida”.

Dando cumprimento a este compromisso, o Governo inscreveu o OPP no art. 3.º da Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.^a, relativa ao OE para 2017, com o objetivo de facultar “aos cidadãos o poder de decisão direta sobre utilização de verbas públicas”. Ficou ainda definido que, para esse ano, seriam inscritos em dotação específica centralizada no Ministério das Finanças 3 milhões de euros para a concretização do OPP.

Em sede de discussão na especialidade, os deputados do PS João Torres, Diogo Leão, Ivan Gonçalves e Inês Lamego apresentaram uma proposta de alteração àquele artigo, que introduzia um mecanismo de participação cívica e política especialmente dirigido a jovens entre os 14 e os 30 anos, e que foi designado por Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP). A proposta previa igualmente que 10% da verba prevista para o OPP fosse para financiar os projetos aprovados no âmbito desse novo instrumento.

Na fase de votação na especialidade, a proposta foi aprovada com os votos a favor do PS e do BE e com a abstenção dos restantes partidos, tendo sido inscrita definitivamente no OE de 2017 e renovada em 2018 e 2019⁷.

A nota justificativa da proposta de alteração proposta pelo PS menciona um estudo de 2015 solicitado pela Presidência da República (Lobo, Ferreira e Rowland, 2015), cujos resultados indicam que apenas 17,3% dos jovens entre os 15 e os 34 anos considerava que a democracia estava a funcionar bem.

Este valor representa uma evolução negativa face a 2007, quando a percentagem de jovens com a mesma opinião se situava aproximadamente nos 33%, e de sugerir, desse modo, uma insatisfação crescente dos jovens com a democracia, com as suas instituições e/ou com os seus representantes. Apesar disso estes elementos carecem de uma análise aprofundada para justificar a identificação da necessidade e para informar o desenho da intervenção, de modo a assegurar que esta responde adequadamente à necessidade identificada.

Incorporação de aprendizagens de outras iniciativas e/ou de abordagens desenvolvidas por peritos

Os princípios técnicos, metodologia e regras de operacionalização do OPJP foram regulamentados através de RCM, conforme previa o art. 3.º das Leis que aprovaram os OE para 2017, 2018 e 2019⁸.

De acordo com a informação recolhida nas entrevistas a vários intervenientes, as RCM foram elaboradas em conjunto pelo gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e pelo IPDJ (Conselho Diretivo e Departamento de Juventude), procurando ter em conta as especificidades

⁷ Conforme consta no Guião da Comissão com Resultados das Votações de 24-11-2016, disponível [aqui](#) (consultado em 3/7/2023).

⁸ Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro; e Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro.

da população jovem e considerar aprendizagens de outras experiências participativas, designadamente as de índole local e as do OPEscolas.

Alguns entrevistados referiram ainda que o IPDJ procurou auscultar duas organizações representativas de jovens – a Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) -, mas que não houve disponibilidade de tempo para assegurar um envolvimento das partes que fosse útil, substantivo e refletido.

Tendo por base o enquadramento institucional definido para a implementação desta iniciativa, o IPDJ decidiu, na edição de 2017, protocolar com uma consultora especializada uma colaboração com vista a apoiar a conceção, implementação, monitorização e avaliação do OPJP. Nas edições seguintes, esse apoio técnico foi assegurado por especialistas externos individuais.

Articulação com outras dinâmicas de política pública, incluindo o ciclo orçamental

A dinâmica do OPJP foi coordenada com outras iniciativas e instrumentos, designadamente com períodos eleitorais e com o Plano Nacional para a Juventude (PNJ), mas o mesmo não sucedeu com o ciclo orçamental e de gestão da administração pública, o que provocou alguns constrangimentos à execução dos projetos.

A respeito da articulação com o calendário dos períodos eleitorais, a primeira edição teve início a 2 de outubro de 2017, de modo a não coincidir com as eleições autárquicas de 1 de outubro. O mesmo sucedeu com a edição de 2019, que decorreu entre 25 de março e 12 de agosto, terminando antes do início da campanha para as eleições legislativas marcadas para 6 de outubro.

Sobre o alinhamento com o PNJ, aconteceu na edição de 2019 com a alteração das áreas temáticas, que passaram a coincidir com as áreas dos domínios e temas-chave daquele Plano, definidas após processo de auscultação aos jovens.

Relativamente à inexistência de compatibilização do calendário do OPJP com o ciclo orçamental e de gestão da administração pública, os OE previam, para os respetivos anos, a verba para execução dos projetos vencedores, que correspondia a 10% da verba disponível para o OPP. No entanto, de acordo com vários entrevistados, o IPDJ nunca recebeu a verba prevista para este fim, pelo que teve de recorrer inteiramente a receitas próprias para a execução dos projetos vencedores, o que provocou atrasos no seu início – aspeto que retomaremos mais adiante, ao abordar a disponibilidade e o uso de recursos financeiros (critério eficiência).

Além disso, a execução da verba no mesmo ano em que os projetos eram propostos e votados seria inviável, desde logo, devido às próprias dinâmicas do OPJP (projetos vencedores só conhecidos no final do ano) e à complexidade na execução de cada projeto (planeamento necessário, várias entidades a envolver, etc.). Por estas razões, só foi possível executar os projetos em anos seguintes ao ano da respetiva votação, o que exige autorização do Ministério das Finanças para saldos transitados e a demora que lhe está associada.

Apoio de decisores políticos e instituições relevantes

A regulamentação do OPJP através de RCM comportava a expectativa de envolvimento, empenho e colaboração por parte de todos os ministérios. No entanto, na prática, o IPDJ ficou incumbido de assegurar o processo quase por inteiro e nas fases em que procurou articulação intersetorial (análise técnica das propostas e financiamento dos projetos vencedores) esta não se verificou à altura das exigências: a verba para a execução dos projetos nunca chegou e teve de ser acomodada pelo orçamento próprio do IPDJ, prejudicando a execução atempada; na análise técnica, também seria preciso mais tempo e melhor coordenação para que pudesse ser realizada de forma adequada por todos os ministérios.

Como aspeto positivo, foi considerado o envolvimento de lideranças na divulgação da iniciativa (e.g. participação política nas sessões públicas de apresentação do OPJP), por contribuir para a sua valorização pública.

Monitorização e oportunidades de ajustamentos

Desde a primeira edição foram recolhidos dados que permitiram traçar o perfil dos participantes e acompanhar os resultados das atividades desenvolvidas. Estes dados foram a base dos relatórios anuais de avaliação do OPJP, elaborados pela equipa de consultoria e especialistas contratados pelo IPDJ, que informaram também a elaboração de recomendações específicas para ajustamentos a efetuar – no total, foram apresentadas 28 recomendações, 17 das quais em 2017, cinco em 2018 e seis em 2019, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 5 – Recomendações por ano e assunto, 2017-2019

Ano	Assunto	Quantidade
2017	Metodológicas	5
	Organizacionais	12
2018	Execução dos projetos vencedores	1
	Definição de áreas temáticas	1
	Votação	3
2019	Maior diversificação dos públicos	1
	Melhorar o modelo de organização na fase de análise técnica	2
	Reforçar a dinâmica de votação nos projetos finalistas	3

Confrontando as RCM, procedimentos e atividades desenvolvidas com o teor das recomendações, não foi possível confirmar a implementação da sua maioria. Excetuam-se parcialmente aquelas que recomendam um ajustamento ao calendário, de forma a alargar o tempo de execução de cada uma

das fases, e a realização de dois EP por distrito, garantindo descentralização do processo e maior facilidade de acesso aos jovens.

Outras alterações substanciais, que não decorreram das recomendações, prendem-se com o reforço do montante global previsto para a iniciativa, que passou de 300 000 euros em 2017 para 500 000 euros em 2018; com o aumento do valor máximo admitido para cada projeto, que passou de 75 000 euros em 2017 para 100 000 euros em 2018; com a introdução, em 2018, da possibilidade de apresentação de propostas em grupo até ao máximo de 3 subscritores; e com o reforço quantitativo e substancial das áreas temáticas em 2019, que passaram a abranger os domínios e temas-chave do PNJ.

Importa ressaltar que nesta avaliação não foram recolhidos elementos que permitam entender cabalmente a razão para não terem sido adotadas mais recomendações. No entanto, nas entrevistas foi referido que uma das causas pode ter sido a ausência de tempo: o tempo que medeia entre a tomada de conhecimento das recomendações e a elaboração/revisão da RCM não foi suficiente para o amadurecimento e incorporação dessas recomendações. Também as reservas quanto ao modelo do OPJP podem ter sido um obstáculo, uma vez que as entrevistas com dirigentes e técnicos do IPDJ revelaram algumas insatisfações e incertezas relativamente ao atual modelo, considerado fraco ou desadequado, e desejos de uma revisão mais profunda e abrangente.

3.2. A intervenção atingiu os seus objetivos?

Embora o número de participantes no OPJP tenha crescido ao longo das três edições, essa participação não foi suficiente para cumprir as metas definidas em termos de propostas apresentadas e número de votantes, como se verá em detalhe, abaixo. Este incumprimento de metas deve-se a vários fatores.

Em primeiro lugar, a inexistência de uma equipa dedicada em exclusivo à implementação do OPJP e dotada de competências específicas em orçamentos participativos impossibilitou a disponibilidade e capacidade necessárias para dar plena resposta às exigências e desafios do processo participativo, que é um processo longo, que requer aptidões específicas e atenção e apoio permanentes.

Uma dessas exigências é a divulgação da iniciativa que, ao invés de ser abrangente e inclusiva, ficou muito restrita à rede de contactos do IPDJ, fazendo com que os jovens que não estão inseridos nessa rede não tenham tido acesso ou tenham tido acesso muito limitado a informações relativas ao OPJP, designadamente conhecimento da existência da iniciativa, em que consistia e quem podia participar.

Também a capacidade de dar resposta às dúvidas e anseios dos jovens acerca das várias fases do processo, em especial sobre a parte relativa à execução dos projetos, ficou prejudicada pela falta de recursos capacitados e disponíveis e pela inexistência de um regulamento com orientações claras e transparentes, que abrangesse todas as fases do processo, incluindo a fase de execução dos projetos.

Além disso, o empenho no aperfeiçoamento dos elementos regulamentares e organizacionais já existentes, através da incorporação das recomendações apresentadas pela equipa de apoio técnico contratada foi escasso e indicia a desvalorização do OPJP, quer ao nível técnico quer político. Esta desvalorização é evidente também pela dificuldade no acesso por parte do IPDJ às verbas necessárias à execução dos projetos, que foi demorado e incompreendido pelos jovens e conduziu a atrasos muito significativos. Estes desmotivaram os participantes e afetaram a credibilidade e a confiança na iniciativa e na entidade que a implementou.

Apesar destes atrasos significativos, é de assinalar que a taxa de execução dos projetos vencedores é relativamente satisfatória. A maioria dos projetos foi executada, embora alguns deles tenham sofrido alterações profundas em relação à ideia original. Essas alterações foram realizadas pelo IPDJ de modo a tornar os projetos viáveis e adequados aos requisitos do OPJP, mas afetaram a sua capacidade de cumprir plenamente as intenções dos jovens proponentes e dos jovens votantes. Ainda assim, é importante frisar que, mesmo com essas dificuldades, muitos projetos foram concretizados e tiveram impactos positivos nas comunidades locais.

Divulgação pública da intervenção e mobilização de entidades parceiras

Na primeira edição do OPJP, a divulgação pública e dinamização da iniciativa foram parcialmente asseguradas pela consultora contratada para o efeito, a qual difundiu diverso material promocional e realizou campanhas publicitárias (e.g. nas redes sociais e na rede multibanco). O IPDJ promoveu a divulgação através do Portal do IPDJ, das lojas Ponto Já, da sua *mailing list*, *newsletters* próprias e *website* institucional.

Na segunda e na terceira edições a divulgação ficou sob responsabilidade do IPDJ e concentrou-se, sobretudo, na fase dedicada à apresentação de propostas, incluindo a realização dos EP. Foi dada preferência à divulgação através de meios digitais e dos espaços próprios do IPDJ, incluindo as suas Direções Regionais, onde foram designados entre um e dois técnicos para fazerem a divulgação da iniciativa.

Foram também envolvidas as entidades parceiras, como as associações juvenis, para a divulgação junto dos seus membros e associados. Alguns elementos das associações codinamizaram EP em conjunto com técnicos do IPDJ.

Também foi possível contar com o apoio de algumas autarquias da Rede de Autarquias Participativas, que cederam espaços para a realização dos encontros e colaboraram na sua divulgação.

Em todas as edições houve sessões públicas de apresentação dos projetos vencedores e de lançamento da edição seguinte⁹.

⁹ Em 2017, a sessão de apresentação foi realizada em Castelo Branco, nas comemorações do Dia do Associativismo Jovem e esteve presente o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo. Os projetos vencedores foram anunciados numa sessão pública no Centro de Juventude de Lisboa, transmitida no canal do YouTube "Maluco Beleza" e e em simultâneo nas plataformas *online* do OPJP, com apresentação de Rui Unas e a presença do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues. Em 2018, a sessão de apresentação decorreu no Capitólio, com a presença do Secretário de Estado da

Apesar disto, os relatórios de avaliação dão conta de que apenas uma minoria dos participantes nos EP teve conhecimento da sua realização através das redes sociais, site institucional do OPJP, comunicação social e publicidade paga: 12,8% em 2017, 12,2% em 2018 e 7% em 2019.

Quadro 6 - Participação nos EP segundo a forma de conhecimento do encontro, 2017-2019

	2017 ¹⁰	2018	2019
IPDJ	29,9 %	19,0 %	7,8 %
Escola ou Universidade	25,4 %	15,8 %	48,0 %
Associações a que pertencem	33,7 %	20,3 %	18,0 %
Amigos, familiares ou vizinhos	15,5 %	18,3 %	14,2 %
Redes sociais, site institucional do OPJP, comunicação social, publicidade paga	12,8 %	12,2 %	7,0 %
Outros meios (correio eletrónico, escuteiros, férias desportivas, IEFP, autarquias, etc.)	4,5 %	14,5 %	5,0 %

Estes dados sugerem que os esforços de publicidade não alcançaram de forma eficaz o público-alvo, seja porque a mensagem não chegou aos jovens, seja porque o seu conteúdo não foi compreendido e/ou valorizado por eles, conforme referem alguns dos jovens que auscultámos nos grupos de discussão:

Jovem 4: Não fui a essas palestras do IPDJ, nem sequer sabia dessa situação.

Jovem 3: Pois, eu também não sabia. A proposta foi só submetida online.

Jovem 6: Relativamente às sessões, eu não conhecia. Só vim a conhecer na segunda edição, mas nunca fui, submeti a proposta *online*. A única vez que frequentei depois uma sessão foi em 2019, por convite, para expor a minha experiência a outros participantes.

Grupo de discussão 2

Jovem 7: Não me lembro de alguém do IPDJ ter ido lá à escola falar do OPJP, não me lembro de nenhum momento em que isso tenha acontecido. Acho que podia haver muito mais divulgação OPJP, e eu vejo isto não só a nível nacional, mas também regional. Acho que devia haver muito mais divulgação, porque os jovens se calhar veem um cartaz ou um folheto que lhes dão e nem veem aquilo, olham e se calhar deitam fora. Através de ações de sensibilização nas escolas, até mesmo nas faculdades, acho que isso ajudava os jovens a perceberem um bocado melhor o que é o OPJP, porque acho que falta também eles entenderem o que é, para terem mais interesse em participar.

Grupo de discussão 3

Outros canais de divulgação, como as associações e as escolas, revelaram-se mais eficazes na mobilização de jovens:

Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo, e da comunicação social. A sessão de apresentação dos vencedores de 2018 e lançamento da edição de 2019 teve lugar em São João da Madeira, com as presenças do Ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, e do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Rebelo. A sessão de apresentação dos resultados desta última edição decorreu no Centro Nacional Desportivo do Jamor.

¹⁰ Nesta edição tratou-se de uma questão de resposta múltipla, pelo que a percentagem foi calculada em função do número de casos assinalados.

Jovem 2: Como o OPJP surgiu na minha vida, honestamente já não sei muito bem. Foi uma coisa muito orgânica. A associação onde sou voluntária tinha sido convidada para uma sessão de esclarecimento e, entretanto, outros voluntários tinham falado disso e tinham-me convidado para participar, porque havia muito poucos voluntários a ir e as nossas relações com o IPDJ de [refere local] são de bastante proximidade e conhecemos bem os técnicos, então eles tinham pedido para estarmos presentes, porque achavam que faria sentido. E eu fui quase um bocadinho por arrasto, porque não fazia a mínima ideia para onde ia ou o que era a sessão. Depois é que percebi que era para o OPJP, e acho que foi só mesmo aí que eu fiquei a conhecer a iniciativa, já tinha ouvido falar muito vagamente de orçamentos participativos, mas da minha cidade, locais.

Grupo de discussão 1

Jovem 6: Na altura nós não conhecíamos o OPJP, foi através de uma professora que nos dava aulas na escola secundária...Falou-nos sobre isso e disse que era interessante nós participarmos, e foi assim tudo muito rápido. Ela perguntou-me se podia pôr os nossos nomes e eu disse-lhe que sim, que era uma ideia, seria uma experiência diferente, e depois aconteceu o melhor que conseguimos, que foi ganhar. Mas não me recordo de algum contacto que tivesse havido entre nós e o IPDJ.

Grupo de discussão 2

Jovem 7: Tivemos um professor que veio falar connosco e nos falou do OPJP. Sugeriu que um dos projetos que tínhamos trabalhado na escola no ano anterior fosse submetido no orçamento participativo para tentarmos que se tornasse realidade. E assim fizemos, preparámos a proposta e submetemo-la, sem qualquer contacto com o IPDJ. Não houve nenhuma sessão de divulgação na nossa escola, não sei se o professor recebeu algum *e-mail* de divulgação e daí é que surgiu a ideia, mas não houve nenhum contacto do IPDJ na escola nem nada disso. Houve depois quando ganhamos, mas antes disso não.

Grupo de discussão 3

Participação quantitativa e qualitativa

Apesar de o número de jovens participantes nos EP ter crescido ao longo das três edições, o que se pode explicar pelo maior número de sessões realizadas, em termos médios o número de jovens presentes em cada EP diminuiu:

Quadro 7 - Participantes nos Encontros de Participação, 2017-2019

	2017	2018	2019
Total de Encontros de Participação	20	51	55
Total de Participantes	613	1263	1328
Média de Participantes por Encontro de Participação	30,65	24,76	24,14

Com base nos dados disponíveis no site do OPJP¹¹, na edição de 2018 o EP que teve maior número de participantes foi realizado em Guimarães (87), seguido de Faro (53) e Portimão (50); e os EP com números mais baixos de participação registaram-se na Guarda (8), Vila Real (8) e Campo Maior (8). Na edição de 2019, a maior participação aconteceu em Faro (72), seguido de Lisboa (45) e Funchal (45); e a menor em Vila Real (10) e Albufeira (7).

¹¹ Dados parciais, uma vez que só estão disponíveis para algumas sessões.

Quanto à idade, uma análise comparativa das três edições revela uma tendência para a perda de público com idades compreendidas entre os 22 e os 30 anos de idade. Na edição de 2017, 51% dos jovens tinha entre 18 e 25 anos; na edição de 2019, 47,6% dos participantes tinha idade entre os 14 e os 18 anos:

Quadro 8 - Taxa de participação por faixa etária, 2017-2019

Faixa etária	2017	2018	2019
14-17	19,2%	27,7%	47,6%
18-21	29%	37,1%	34,2%
22-25	22%	17,6%	11,2%
26-30	17,9%	13%	6,6%

No entanto, apesar da tendência de perda de público juvenil com idades mais avançadas, a média de idade dos proponentes dos projetos vencedores está acima dos 22 anos em todas as edições. Isto pode sugerir, por um lado, maior qualidade das propostas apresentadas por estes jovens, uma vez que, em princípio, por serem mais velhos e/ou mais escolarizados, podem ter mais facilidade para desenvolver e apresentar uma ideia; e, por outro lado, maior capacidade de mobilização de votantes, já que, em princípio, jovens mais velhos e inseridos em grupos organizados terão maior rede de contactos e capacidade de a mobilizar.

Verifica-se também que, em 2017, 8 dos 10 projetos vencedores não foram apresentados nos EP. Apesar de este indicador não ter sido monitorizado nas edições seguintes, os grupos de discussão com os jovens proponentes de projetos vencedores sugerem que os EP não foram determinantes para a submissão de propostas substanciais e de qualidade, visto que a maioria dos projetos destes jovens não foi concebido, discutido, nem submetido nestas sessões.

Quadro 8 - Perfil dos proponentes dos projetos vencedores, por género, idade, habilitações literárias e participação nos EP, 2017-2019

Perfil dos proponentes dos projetos vencedores		2017	2018	2019
N.º total de proponentes vencedores		10	10	7
Género	Masculino	2	6	3
	Feminino	8	4	4
Idade	Mínimo	15	17	16
	Máximo	28	30	29
	Média	22,5	24,7	23,7
Habilitações Literárias	3.º Ciclo do Ensino Básico	2	1	2
	Ensino Secundário	2	4	2
	Licenciatura	4	3	2
	Mestrado	1	2	1
Participação nos EP	Sim	2	n.d.	n.d.
	Não	8	n.d.	n.d.

A tendência para a captação de públicos mais jovens refletiu-se também no nível de escolaridade dos participantes: uma predominância do ensino secundário em todas as edições e uma diminuição gradual de participantes com habilitações de nível superior.

Quadro 9 - Taxa de participantes nos EP, por grau de escolaridade, 2017-2019

Escolaridade	2017	2018	2019
1.º Ciclo do Ensino Básico	0,2%	0,1%	0,2%
2.º Ciclo do Ensino Básico	1%	2,8%	4,3%
3.º Ciclo do Ensino Básico	11,1%	21,3%	19,9%
Ensino Secundário	45,2%	47,4%	61,5%
Licenciatura	29,8%	19,6%	9,8%
Mestrado	12%	7,1%	2,3%
Doutoramento	0,7%	0,5%	0,1%

Não se registaram vieses de participação ao nível do género nas três edições. A edição de 2019 foi a que alcançou um maior equilíbrio de género, com uma diferença de um ponto percentual entre as duas categorias:

Quadro 10 - Taxa de participantes nos EP, por género, 2017-2019

Género	2017	2018	2019
Feminino	48%	52.5%	49.5%
Masculino	52%	47.3%	50.5%
Não respondeu	0%	0.2%	0%

Relativamente à dispersão territorial dos participantes, apesar do aumento do número de EP da primeira para a segunda edição, as edições de 2018 e 2019 não conseguiram captar jovens oriundos de mais municípios em comparação com a edição de 2017.

Pelo contrário, verificou-se uma tendência inversa: em 2017, os encontros captaram jovens oriundos de 142 municípios, em 2018 esse valor baixou para 124 e em 2019 foi de 135. O Alentejo é a região com índices mais fracos de participação nos EP, caracterizando-se por uma sucessiva subrepresentação nas edições: 5% do total de participantes em 2017 e 7% em 2018 e 2019.

Em termos de número de participantes, a liderança pertenceu à região Norte (33% em 2018 e 25% em 2019) e à região Centro (21% em 2018 e 29% em 2019), o que se pode justificar por serem regiões com maior concentração de movimentos associativos, como se verifica na figura seguinte.

Quadro 11 - Distribuição do número total de EP, participantes e propostas por região, 2018-2019

	2018			2019		
	Encontros	Participantes	Propostas	Encontros	Participantes	Propostas
Norte	16	414	74	17	337	89
Centro	14	268	58	17	379	78
Lisboa e Vale do Tejo	7	224	29	9	224	27
Alentejo	6	89	11	3	90	9
Algarve	5	146	39	7	223	47
Açores	1	26	2	1	30	10
Madeira	2	96	8	1	45	9
Total	51	1 263	221	55	1 328	269

Figura 9 - Número de entidades registadas no Registo Nacional de Associativismo Jovem, por região¹²



A participação nos EP de jovens pertencentes a organizações sociais, associações ou outros grupos organizados foi mais expressiva na primeira edição, verificando-se um progressivo afastamento deste público ao longo das três edições em favor de um aumento sucessivo da participação de jovens provenientes do meio escolar e sem ligação ao associativismo:

Quadro 12 - Taxa de participantes nos EP pertencentes a organizações sociais, associações ou outros grupos organizados, 2017-2019

Ano	2017	2018	2019
Participantes com experiência associativa (membros ativos ou não)	64%	50,3%	32,4%

Fonte: Elaboração própria, com base em análise documental.

Em relação às motivações para participar nos EP, foi em 2017 – ano de predominância associativa – que uma maior proporção de jovens (37,8%) justificou a participação por considerar dever participar ativamente na vida do país. Em 2018 e 2019, a participação nos EP foi principalmente movida pela “curiosidade”:

¹² Conforme consulta ao Registo Nacional do Associativismo Jovem, disponível [aqui](#) (consultado em 03/07/2023)

Quadro 13 - Taxa de participantes nos EP de acordo com a sua motivação para participar, 2017-2019

Motivação para participação	2017	2018	2019
Por curiosidade	33,7%	27,8%	31,3%
Porque tenho um projeto que gostaria de ver realizado	23,3%	15,5%	16,8%
Porque acho que devia participar ativamente na vida do meu país	37,8%	24,5%	20,7%
Porque acho que é uma boa iniciativa para promover uma relação mais próxima entre os políticos e os jovens	33,7%	21,5%	19,7%
Acompanhar um/a amigo/a	5,2 %	5,6%	6,8%
Outras razões (e.g. obrigatoriedade de presença por parte de professores que mobilizaram alunos para a presença nos encontros)	4,3 %	5,1%	4,8%

Fonte: Elaboração própria, com base em análise documental.

Relativamente à participação anterior noutras iniciativas de orçamento participativo, incluindo no OPJP, verifica-se que a grande maioria dos jovens não tinha experiência anterior, o que sugere que o OPJP conseguiu incluir e criar oportunidades para jovens participarem em processos de tomada de decisão.

Quadro 14 - Taxa de participantes nos EP de acordo com a sua experiência prévia noutras iniciativas participativas, 2017-2019

Participação noutras iniciativas de orçamentos participativos	2017	2018	2019
Sem participação	85%	85,1%	72,7%
Com participação em edição anterior do OPJP	-	7,2%	11,3%

Fonte: Elaboração própria, com base em análise documental.

Adequação dos métodos aplicados em cada fase da intervenção

Os relatórios de avaliação informam que a fase de discussão e elaboração de propostas, na qual se inclui a realização dos EP, foi considerada globalmente positiva por parte dos jovens participantes, que se mostraram satisfeitos com o funcionamento e organização desses encontros: consideraram, por exemplo, os espaços adequados, a duração das sessões suficiente e os debates produtivos e esclarecedores.

No entanto, entre os jovens participantes nos grupos de discussão que estiveram presentes nos EP não se confirmou esta apreciação positiva. De forma geral, descreveram as sessões de esclarecimento como pouco informativas e pouco úteis ao esclarecimento de dúvidas:

Jovem 2: Achei a sessão de esclarecimento muito vaga, pouco participada e muito pouco interativa. Diria que, no máximo, éramos dez jovens, estava mesmo muito pouca gente. Sentámo-nos em mesas e era

suposto haver interação entre os participantes, só que, como os participantes tinham ido em grupos, acabámos por ficar nos grupos que tínhamos criado, não houve muita interação fora desses grupos, nem debates. Tínhamos lá os técnicos do IPDJ, mas também não me lembro de comunicar muito com eles, foi mesmo só entre pares. Não senti que se explorasse o potencial que podia ter, mesmo sendo poucos... Se calhar isso até ajudava a haver mais interação por não haver tanta confusão, mas isso não existiu, curiosamente não existiu de todo.

Jovem 1: Como não estava em Portugal, mandei uma lista de dúvidas a dois amigos que já tinham participado anteriormente no OPJP, para perceber se o meu projeto se podia encaixar dentro do que é esta iniciativa, porque sempre tive dificuldade em concorrer com a minha ideia, porque quase todos os concursos que existem são para ideias de negócio e o projeto que eu queria concretizar não era uma ideia de negócio. Então os meus dois amigos foram com a lista de perguntas a uma sessão de esclarecimento e não lhes souberam responder a quase nada. (...) Depois, o formulário que temos de preencher tem caixas mínimas, cabem lá três ou quatro frases. Eu, como tinha visto que, no ano anterior, um projeto que tinha sido vencedor tinha um PDF em anexo, tive a iniciativa de desenvolver a minha ideia num PDF, mas isso não está escrito em lado nenhum. Não acho que o IPDJ tenha feito grande coisa.

Grupo de discussão 1

Jovem 5: Cheguei a ir a uma dessas sessões, mas já levava a proposta realizada e penso que até submetida, foi mais para esclarecimento. Acho que, de uma forma geral, a sessão tinha sido clara, mas não se calhar da forma como as coisas viriam a ser processadas. Em linhas gerais, a mensagem que foi transmitida foi que devia ser um projeto que abrangesse mais do que um concelho, que não implicasse a construção de infraestruturas, que ia ser sujeito a uma primeira avaliação técnica, depois passava a votos por parte da comunidade e depois a implementação seria acompanhada por entidades públicas, portanto havia aqui uma estrutura por trás a auxiliar nessa implementação. Em linhas gerais, foi assim que a mensagem foi transmitida, mas depois na execução dos projetos não foi bem assim, não foi tão simples.

Grupo de discussão 2

Tanto os jovens como os restantes intervenientes entrevistados consideraram ser necessário maior investimento em comunicação e *marketing*, idealmente numa fase antecedente à discussão e elaboração de propostas, que dê tempo aos jovens para se organizarem, informarem sobre a iniciativa, esclarecerem dúvidas e refletirem sobre as propostas que querem apresentar.

Quanto à fase de análise técnica, os entrevistados apontaram várias dificuldades. Por um lado, a indefinição sobre quem faz a análise técnica: umas vezes era realizada em gabinetes de membros do Governo, por pessoas que estavam distantes da realidade dos serviços e do “terreno”, e outras por técnicos da administração pública, que não estavam familiarizados com o OPJP e já estavam sobrecarregados com outras tarefas. Por outro lado, o tempo previsto para a realização da análise foi considerado manifestamente insuficiente para uma apreciação rigorosa da elegibilidade das propostas, nomeadamente para a verificação da sua exequibilidade: o orçamento previsto é viável? O local de implementação do projeto colide com propriedade privada? O projeto replica outros que já estão em curso ou planeados? Muitas vezes, para obter resposta cabal a estas perguntas, impunha-se consultar os municípios e outras entidades, mas não havia tempo disponível. Em 2017 foram dedicados cinco dias úteis à análise de 424 propostas (30/10 a 6/11); em 2018 esse tempo foi reforçado para 25 dias úteis, mas concentrados no principal período de férias do ano (30/07 a 3/09), estando em causa a análise de 392 propostas; em 2019 foram previstos dezoito dias úteis para a análise de 437 propostas (30/04 a 26/05). A escassez de tempo, de recursos humanos, de uma estrutura dedicada a esta fase gerou grande variabilidade na análise (e.g. propostas que não eram viáveis foram validadas), o que, posteriormente, contribuiu para dificultar a implementação dos projetos.

Na fase de votação, dirigida a cidadãos com idade compreendida entre os 14 e os 30 anos e realizada através da plataforma eletrónica do OPJP ou através de SMS gratuito, a principal fragilidade apontada foi o desinvestimento em comunicação e apelo ao voto por parte do IPDJ, que ficou sobretudo a cargo dos jovens proponentes e, por isso, dependente da sua capacidade de mobilização e rede de contactos:

Jovem 2: Na fase de votação, o projeto foi vendido como sendo algo da associação e a publicidade foi feita sobretudo através dos canais dessa associação. Se tivesse feito tudo sozinha, não teria um nome que seria reconhecido e, como tal, o impacto, a captação de votos teria sido muito menos eficaz, também porque honestamente nunca tive muito jeito para fazer publicidade. Se houve pessoas que concorreram completamente sozinhas, se calhar não conseguiram ter a visibilidade que eu consegui desta maneira, porque eu tenho perfeita noção de que, se o tivesse feito sozinha, não era reconhecida da mesma forma que uma associação que já faz trabalho nesta área da juventude e do associativismo, acho que dá um bocado mais credibilidade do que ser uma jovem que ninguém conhece. Sozinha não ia conseguir chegar a tanta gente. Da minha perspetiva, eu sinto que o OPJP e muitas iniciativas do IPDJ não chegam assim a tanta gente: ou são jovens que já estão dentro desta bolha de associativismo ou então não sai daí. E a bolha, apesar de que, quando estamos dentro dela, parece que é grande, acaba a ser muito pequenina, porque quando se sai as pessoas não fazem a mínima ideia do que é, para que serve, como é que se faz... Eu, pelo menos antes de estar dentro da tal bolha, não sabia, não fazia a mínima ideia, nem sabia onde procurar, que era outro dos problemas.

Jovem 1: Não acho que o IPDJ tenha feito nada para ajudar... em nada! As pessoas quando estão a promover ideias criam páginas nas redes sociais, o IPDJ nunca partilhou essas páginas.

Grupo de discussão 1

Jovem 5: O IPDJ fazia alguma divulgação, mas não era uma divulgação que ia ao encontro das pessoas, porque a maior parte das pessoas não sabiam o que era o OPJP e, portanto, não iam à procura para ver que projetos é que estavam em votação e decidir em qual iam votar.

Grupo de discussão 2

A página institucional do OPJP refere que “o sucesso da fase de votação está diretamente relacionado com a promoção de cada projeto. Cada um de vós tem agora a responsabilidade de potenciar a campanha que dará a conhecer cada projeto, algo extremamente importante para aumentar a votação. Para ajudar-te, reunimos vários modelos editáveis que permitem desenhar materiais gráficos para a tua campanha e ser-te mais fácil aumentar a eficácia da tua comunicação”¹³. Entre esses materiais gráficos, encontram-se *layouts* para publicação nas redes sociais, modelos de cartazes, cartões de visita e, ainda, recomendações para a criação de vídeos, páginas nas redes sociais e folhetos. Uma das jovens participantes referiu que este *kit de votação* foi enviado por *e-mail* aos jovens proponentes. No entanto, na sua perspetiva, o *kit* foi “completamente inútil”, porque era composto por imagens *standard* do OPJP que a jovem não conseguiu editar, de modo a acrescentar o logotipo ou o slogan do projeto.

De modo geral, foi considerado que não houve empenho suficiente do IPDJ no apelo à participação de jovens nesta fase, o que pode justificar a relativamente fraca mobilização de votantes: o número de votos ficou aquém das metas definidas e existiram inúmeros projetos que não receberam qualquer voto (72 em 2018 e 96 em 2019; sem dados para 2017).

¹³ Cartaz de apresentação disponível [aqui](#) (consultado em 2/5/2023).

Quadro 15 - Número de jovens votantes, por ano

Ano	2017			2018			2019		
	Meta	Atingido (Total)	Atingido (Válido)	Meta	Atingido (Total)	Atingido (Válido)	Meta	Atingido (Total)	Atingido (Válido)
Nº de jovens votantes	-	8 858	8 660	7 500	5 058	4 466	8 500	5 537	5 409

Competências de entidades e profissionais envolvidos

Na primeira edição os técnicos do IPDJ contaram com o apoio da consultora contratada, que lhes deu formação em matéria de orçamentos participativos, preparou guiões e orientou a dinamização dos EP. As edições seguintes foram dirigidas em primeira linha pelos técnicos do IPDJ que já tinham recebido capacitação/formação durante a primeira edição.

No geral, os entrevistados afirmaram que não houve um problema com as competências dos técnicos que estavam no terreno. No entanto, referiram que faltaram meios: recursos humanos, financeiros e tempo suficientes para que as atividades pudessem ter sido realizadas de forma mais eficiente e com maior eficácia.

O maior problema que assinalaram em termos de competências foi relativo à fase de análise técnica. Conforme já referido, não havia um procedimento uniforme para esta fase e quem realizava a análise não estava circunstancialmente nem tecnicamente preparado: não conhecia o OPJP nem as especificidades inerentes à implementação de cada projeto, ao que se somavam os prazos apertados para a análise de centenas de propostas.

Por parte dos jovens auscultados nos grupos de discussão a opinião foi diferente. Estes consideraram que a equipa técnica não estava adequadamente qualificada para lidar com os desafios da iniciativa e não sabia responder a muitas das dúvidas que surgiam:

Jovem 2: Senti sempre que os próprios técnicos estavam um bocadinho perdidos no que é que realmente podíamos fazer ou não, no que é que podia avançar ou não. (...) Era tudo muito difuso, e ficávamos sempre muito tempo à espera que os técnicos conseguissem averiguar. A comunicação era muito difícil, não nos respondiam a *e-mails*... Na execução dos projetos, por um lado, diziam-nos que queriam que os jovens fizessem parte e, por outro, avançavam com a execução sem o nosso conhecimento.

Grupo de discussão 1

Jovem 3: Simplesmente eu desisti, tenho imensos *e-mails* sem resposta, liguei a várias pessoas...

Grupo de discussão 2

Jovem 8: Eu enviei imensos *e-mails* com dúvidas e as respostas eram sempre genéricas. A determinada altura decidi que ia ser uma pessoa chata, ligava, mandava-lhes *e-mails*, era uma pedra no sapato, mas eles mandavam-me sempre para trás.

Grupo de discussão 3

Comunicação com participantes e com entidades, incluindo um regulamento claro e acessível, transmissão de decisões e esclarecimento de dúvidas

Em 2017, 14,1% dos participantes nas sessões dos EP assinalou um reduzido grau de concordância (classificações 1 e 2) com a afirmação "concordo que o funcionamento do OPJP é claro e as suas regras conhecidas". Em 2018, esse valor caiu para 1,8% e em 2019 foi de 2,8%.

Quadro 16 - Taxa de concordância dos jovens com afirmações relativas ao funcionamento dos EP, 2017-2019

	Grau de concordância											
	Reduzido (classificações 1 e 2)			Intermédio (classificações 3 e 4)			Elevado (classificações 5 e 6)			Não sabe/não responde		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Acredito que os projetos aprovados serão realizados	7,6%	1,9%	4,1%	30,8%	23,1%	26,3%	53,7%	59,2%	59,8%	7,9%	15,9%	9,8%
O funcionamento do OPJP é claro e as suas regras conhecidas	14,1%	1,8%	2,8%	30,4%	19%	24,9%	44,5%	65,7%	57,1%	11%	13,5%	15,2%
Os prazos definidos no OP serão cumpridos	12,5%	2,4%	1,7%	37,4%	19,3%	21,9%	39,5%	57,3%	68,3%	10,5%	21%	8,1%
Acredito que no OPJP a minha opinião conta	8,7%	2,3%	3,9%	28,7%	19,5%	22,3%	56,8%	62,1%	65%	5,8%	16,1%	8,9%

Em contrapartida, os entrevistados confirmaram que entre os jovens houve várias dúvidas sobre algumas regras e etapas do processo, em especial sobre a execução dos projetos, que estava omissa dos regulamentos, o que criou a expectativa nos jovens de que seriam eles a executar o projeto com a verba que, ademais, lhes seria entregue. Os técnicos afirmaram ainda que, durante a primeira edição, as dúvidas nem sempre foram fáceis de esclarecer devido à novidade da matéria, mas que se foram aclarando ao longo do tempo, à medida que adquiriam experiência e familiaridade com os processos e procedimentos envolvidos.

No entanto, conforme já explicitado, estas afirmações não foram corroboradas nos grupos de discussão. Os jovens disseram que as dúvidas não eram esclarecidas ou que eram respondidas tardiamente, de forma vaga e desinteressada. Sobre a clareza das regras do OPJP, em especial sobre as regras relativas à execução dos projetos, afirmaram:

Jovem 2: Depois de termos sido declarados vencedores, não aconteceu nada por parte do IPDJ. Entretanto a equipa de voluntários que eu consegui reunir começou a estruturar um bocadinho as coisas e já tínhamos uma espécie de plano, andámos a ver que parcerias podíamos fazer, quem é que podia

ajudar a arranjar os materiais, pronto, estruturámos tudo, basicamente, e já tínhamos as coisas bastante organizadas quando finalmente falámos com o IPDJ e apresentámos a nossa proposta. Na altura, o IPDJ disse-nos que isso não seria possível e eu honestamente nunca percebi bem porquê. Nunca houve um regulamento direto que dissesse que o OPJP funciona assim, assim e assim, que se pode fazer isto, isto e aquilo. (...) Foi muito frustrante a comunicação com o IPDJ, porque também não nos sabiam dizer propriamente nada e era sempre super confuso, paleio legal e político que eu honestamente não estou por dentro e não consegui entender. O resto da minha equipa, que tem membros com mais experiência em associativismo e afins, tentavam conversar e tentavam perceber e também não chegavam a lado nenhum.

Jovem 1: Disseram-me que seria uma entidade pública a fazer a minha ideia acontecer. Eu disse que isso não está escrito em lado nenhum do site e eles disseram: está sim, se for lá não sei onde, não sei onde, abre o documento [Resolução de] Conselho de Ministros e não sei quê, vai ao artigo não sei quantos, e está lá escrito. E eu respondi que nunca vi isso no site e corri o site de um lado para o outro. Agora o que pergunto é: que jovem é que vai ler [a Resolução de] Conselho de Ministros, e ler aquelas coisinhas todas e perceber que seria uma entidade pública? Éramos sete jovens vencedores, e ninguém sabia que não ia fazer parte da concretização do seu projeto, da sua ideia. Só aí já foi um choque horrível.

Grupo de discussão 1

Ao consultar o espaço de “Perguntas Frequentes” (FAQ) disponível no site institucional do OPJP (<https://opjovem.gov.pt/page/pages/faqsList>), verifica-se que as respostas se limitam a transcrever o teor das RCM, sem simplificação de linguagem, e que não são consideradas as dúvidas mais críticas dos jovens, que são as relativas à execução dos projetos vencedores.

Entre as entidades executantes dos projetos vencedores, pelo contrário, há um elevado nível de satisfação com a comunicação entre estas entidades e o IPDJ antes, durante e após a implementação dos projetos: 11 das 19 entidades avaliaram a comunicação com nível máximo (5) e as restantes com o nível imediatamente inferior (4). Uma das plataformas de comunicação foram as reuniões, realizadas em 18 dos 19 projetos, numa média de 4,9 reuniões por projeto (valor máximo 15, valor mínimo 1), com o objetivo de desenhar e planear a implementação dos projetos, bem como acompanhar a sua execução.

Execução dos projetos vencedores, correspondendo às intenções dos proponentes

Regista-se uma elevada taxa de execução dos projetos vencedores: dos 21 projetos, 19 foram ou estão a ser executados. A execução dos dois projetos restantes não se iniciou por inviabilidade técnica (num dos casos) e por necessidade de estudo mais prolongado (no outro caso). À data atual, considerando os 19 projetos que avançaram, 15 encontram-se concluídos e 4 em fase de execução.

A este respeito, uma das maiores debilidade consistiu nos atrasos de execução, resultantes de vários fatores concomitantes: a demora em procedimentos administrativos, tais como a celebração de protocolos ou contratações públicas; a escassez de recursos financeiros e humanos por parte do IPDJ; a reestruturação de alguns projetos necessária para os tornar viáveis, resolvendo aspetos que não tinham sido acautelados na fase de análise técnica (por exemplo, evitar a construção de infraestruturas ou criar equipamentos em terrenos privados); e, a partir de março de 2020, constrangimentos decorrentes das medidas de mitigação da pandemia de COVID-19.

Outra grande debilidade foi o muito reduzido envolvimento dos jovens proponentes na fase de desenho e acompanhamento dos planos de trabalhos e a sua perceção de que os projetos implementados são substancialmente diferentes da ideia original. A este propósito, referem:

Jovem 2: De alguma maneira, o projeto foi avançando entre o IPDJ e a entidade executante sem eu ter conhecimento. A determinada altura recebemos a indicação de que a entidade executante já tinha feito todo um plano a partir daquilo que nós tínhamos apresentado, e que tinham criado uma proposta, até porque tinham outro financiamento que faria sentido juntar. A última reunião foi em abril do ano passado, talvez, e ficou tudo muito em águas de bacalhau, porque o que sentimos foi basicamente que a entidade decidiu tudo sozinha e que ia avançar e que tinha aproveitado o dinheiro do OPJP para fazer coisas para eles. (...) Neste momento, não sei nada do estado do projeto, se vai existir, se não vai, mas neste momento eu já não sinto que o projeto seja meu. (...) Acabou por não acontecer mesmo nada connosco, tudo o que tínhamos planeado foi deixado de parte e não conseguimos fazer ainda nada.

Grupo de discussão 1

Jovem 6: Posso falar que pouco ou nada fui envolvido na execução do projeto. O meu projeto só começou a ser implementado três anos depois de ter sido vencedor. Eu soube dessa implementação porque eu ia questionando e a resposta durante aqueles três anos é que ainda estavam a ver que entidades podiam executar o projeto. Depois houve uma reunião e tive o *feedback* que já tinha sido selecionada a entidade e que ia haver, no mínimo, reuniões anuais para acompanhar a implementação. Realmente houve a primeira reunião a meio do ano 2021, onde já se tinha feito alguma pesquisa e onde me apresentaram o futuro do projeto. Mas até agora não passou dessa reunião. Não sei o que é que aconteceu ao projeto, era suposto ter havido reuniões, *feedback*, maior acompanhamento, mas até agora o que eu assumo é que o projeto parou completamente, nunca mais tive novidades.

Grupo de discussão 2

Jovem 7: Sobre a execução do projeto, eu sentia que acontecia tudo e eu sabia pelas redes sociais, ninguém me avisava. Foram organizados vários eventos, mas eu não sabia sequer da ocorrência desses eventos e eu gostava de estar presente se conseguisse, mas não fazia sequer ideia de que estavam a acontecer.

Jovem 8: O projeto estava a mexer, mas sem nunca termos sido contactados, sem nunca termos sido consultados. Eu questionava-os sobre as opções que eles tomavam e eles respondiam com excertos da lei a dizer que o IPDJ é que é responsável por gerir totalmente o projeto, por tomar as decisões operacionais do projeto. Não fomos contactados em ponto nenhum (...), reuniram connosco apenas para nos dizer "definimos isto, isto e aquilo", e depois convidaram-nos para as inaugurações, e basicamente foi isso. Eles em parte nenhuma nos disseram sequer qual tinha sido o custo real do projeto, porque eles fizeram muitas alterações, reduziram imenso na quantidade de materiais que nós tínhamos previsto, nós perguntámos-lhes porque é que reduziram, porque é que chegaram a orçamentos mais caros se nós vimos orçamentos mais baratos e fomos confirmar e os orçamentos se mantêm. Nunca nos foi dada uma resposta esclarecedora, basicamente diziam-nos à volta disto "relativamente às questões que nos coloca, informamos que todos os projetos são implementados e geridos pelo Estado, neste caso o IPDJ, podendo o mesmo estabelecer parcerias de cooperação para o efeito. Ao jovem vencedor cabe apenas o acompanhamento do projeto. (...) Quanto à execução do orçamento ainda não temos dados finais que nos permitam afirmar uma redução dos custos ao mesmo". O projeto implementado não foi uma coisa totalmente diferente da ideia original, foi uma coisa que estava mais ou alinhada, mas foi cortado imenso e não tivemos qualquer intervenção no que quer que fosse.

Grupo de discussão 3

Acrescente-se que, de acordo com técnicos entrevistados, existe em *back office* no site institucional do OPJP uma área na qual as entidades executantes podem colocar informação atualizada sobre os projetos em curso. Esta área comporta um evidente potencial de observatório dos projetos, mas a informação que nela se coloca não fica publicamente disponível, nomeadamente para os jovens proponentes dos projetos vencedores.

3.3. O uso dos recursos assegurou uma implementação económica e atempada?

O OPJP sofreu de escassez de recursos nas três dimensões consideradas – pessoas, verba e tempo –, o que provocou dificuldades nas várias fases de implementação. A verba disponível foi usada de forma eficaz, embora pouco atempada, e a exigência técnica de uma implementação bem-sucedida teria requerido não só maior financiamento, mas também o envolvimento de mais profissionais qualificados para as especificidades de um orçamento participativo e um calendário de implementação mais alargado. Quer a escala nacional da intervenção, quer a aplicação de metodologias participativas, são desafios que implicam uma equipa implementadora mais ampla, mais consolidada e com maior dedicação de tempo às atividades que integram o OPJP.

Considerando o conjunto das três edições, o OE previu 1 300 000 euros para a execução de projetos vencedores do OPJP. Os projetos cuja execução está concluída ou em curso somam um total de 1 036 500 euros, representando 79,7% da verba prevista. O principal motivo para este indicador não ser mais elevado prende-se com a existência de dois projetos vencedores ainda em análise.

O OE determinou apenas a alocação de verba para a execução dos projetos vencedores, sem contemplar o financiamento das atividades de implementação do OPJP, as quais vieram a ser acomodadas pelo IPDJ no âmbito do seu próprio orçamento e funções. Acresce que o orçamento do IPDJ não foi reforçado para a execução dos projetos vencedores como estava previsto na Lei de Execução Orçamental. A sobrecarga financeira e técnica que recaiu sobre o IPDJ levou a atrasos de implementação, notórios, por exemplo, na realização de EP muito próximos do prazo para apresentação de propostas e nas protelações incertas do início da execução dos projetos vencedores.

Além disso, os projetos vencedores que envolvem equipamentos ou aplicações informáticas implicam encargos de manutenção após o término do protocolo de parceria estabelecido para a sua execução. A escassa clareza quanto a quem suportará tais encargos representa um risco de sustentabilidade para os projetos. Vários dos jovens proponentes de projetos vencedores expressam também dúvidas e preocupações quanto às decisões tomadas pelas entidades executantes na utilização da verba atribuída ao projeto, descrevendo esse aspeto do processo como confuso e pouco transparente.

Tendo em conta a extensão total do ano civil, o calendário de implementação do OPJP foi muito curto nas três edições. Entre os motivos para isso destaca-se a publicação tardia da RCM que regulamentou cada edição anual, à qual se somou, no caso de 2019, a necessidade de concluir o OPJP antes do início da campanha para as eleições legislativas que ocorreriam em outubro.

Escassez, desperdício ou replicação de recursos em alguma fase da intervenção

Aferiram-se os recursos investidos na implementação do OPJP desagregando-os em três dimensões: pessoas, verba e tempo.

Relativamente às pessoas, as atividades de implementação do OPJP foram incorporadas na atividade corrente do corpo técnico do IPDJ. Envolveram em particular um técnico que coordenou centralmente as atividades e dirigentes e técnicos das direções regionais que desempenharam tarefas a nível local, incluindo divulgação, dinamização de EP e apoio à execução de projetos vencedores. Este trabalho foi complementado pela equipa de consultoria contratada para a prestação de apoio técnico, o qual abrangeu a conceção de metodologias, a realização de atividades na primeira edição, a formação de técnicos, o desenvolvimento de um sistema de votação através de SMS e a elaboração de um relatório anual com dados estatísticos de monitorização e recomendações de melhoria.

Alguns dos intervenientes auscultados no âmbito da presente avaliação – decisores, técnicos e jovens – consideram que a verba destinada pelo OE à execução de projetos vencedores do OPJP é muito reduzida. Por um lado, trata-se de um montante diminuto, considerando que o OPJP é uma iniciativa de âmbito nacional dirigida a jovens entre os 14 e os 30 anos, portanto com um público potencial superior a 1,5 milhões de pessoas¹⁴. Por outro lado, o aumento da verba disponível poderia contribuir positivamente para a visibilidade da intervenção, o empenho de decisores políticos e técnicos na implementação e a mobilização de jovens e entidades parceiras.

Não só a execução de projetos vencedores, mas também todo o investimento que a antecedeu, nomeadamente a aquisição de espaços publicitários para divulgar o OPJP, a realização de EP ou a criação e manutenção do *website*, entre outras, foi assegurado pelo IPDJ através do seu orçamento próprio. Com base na informação recolhida durante esta avaliação, estima-se que o investimento total (sem considerar despesas asseguradas pelos recursos internos do IPDJ em tempo de trabalho, deslocações em viaturas do organismo, etc.) tenha sido de, aproximadamente, 317 mil euros. As maiores parcelas deste montante correspondem a serviços de consultoria (62,7% do total) e em comunicação e *marketing* (32,3% do total).

Embora a verba atribuída a cada projeto vencedor fosse reduzida, a sua aplicação originou dúvidas e incertezas entre os jovens proponentes. Nos grupos de discussão que foram realizados, vários jovens partilharam a sua insatisfação perante a falta de informação e de clareza sobre as decisões tomadas e os usos efetivos das verbas por parte das entidades executantes.

Disponibilização e mobilização de verbas requeridas nas várias fases da intervenção

De acordo com a informação recolhida no âmbito da presente avaliação, o IPDJ não recebeu qualquer reforço orçamental nem para a implementação do OPJP, nem para a execução dos projetos vencedores. As entrevistas realizadas apontam este como o principal motivo para as demoras na execução dos projetos, sobretudo porque os protocolos de parceria com as entidades executantes só foram celebrados à medida que o IPDJ ia dispondo de verba para os financiar. Embora a escassez de recursos não pareça ter influenciado o desenho dos projetos no sentido de lhes diminuir os custos

¹⁴ A título comparativo, verificamos que, por exemplo, o município de Cascais disponibiliza 10 mil euros para cada escola (projetos para a escola) e 350 mil euros para projetos para a comunidade; Valongo tem aumentado consecutivamente a verba, que atinge já os 250 mil euros; Gaia, 240 mil euros; Santo Tirso, 120 mil euros.

associados, várias vezes não houve verba no momento necessário para avançar com a execução de um projeto.

Todas as entidades executantes afirmam que, uma vez celebrados os protocolos de parceria, receberam a verba correta e atempadamente, de acordo com o que estava contratualizado.

No caso dos projetos cuja execução não estava ainda concluída em meados de 2022, a inflação causou um encarecimento de matérias-primas que tornou impossível assegurar todas as atividades previstas, obrigando a uma redução das mesmas ou a um reforço do orçamento do projeto por parte de entidades parceiras.

Um outro aspeto a assinalar é que vários dos projetos vencedores – e.g. App Caderneta do Aluno, Gym4All, Centro de Recuperação e Investigação do Camaleão Algarve, Desporto para Todos, Energia Azul – implicam encargos de manutenção após o término do protocolo de parceria estabelecido para a sua execução. Não é claro quem fica incumbido das despesas subseqüentes ou se os produtos do projeto, desprovidos da verba proporcionada pelo OPJP, cessam de funcionar.

O inquérito que foi aplicado às entidades executantes permite concluir que, na sua grande maioria, estas entidades procuram assegurar a continuidade dos projetos. Face à inexistência de verba destinada a esse fim, o IPDJ tem-se empenhado na procura de soluções para permitir a continuidade, sobretudo junto das associações que executaram os projetos e das autarquias que foram parceiras dos mesmos.

Benefícios da colaboração entre entidades

Houve colaboração entre entidades em todas as fases de implementação do OPJP, permitindo ganhos substanciais de aproveitamento e otimização dos recursos existentes, quer se considere recursos humanos, equipamentos ou infraestruturas. Perante a escassez de recursos já salientada, a colaboração entre entidades foi essencial para permitir a realização das atividades, quer na fase de divulgação e elaboração de propostas, quer posteriormente, na execução de projetos vencedores.

Na grande maioria dos projetos executados (em 17 dos 19), a entidade executante estabeleceu parcerias com outras organizações para fins específicos, nomeadamente realização de atividades, aquisição de bens e serviços ou envolvimento de parceiros locais. Segundo o questionário aplicado na presente avaliação, todas as entidades executantes expressam grande satisfação quanto à relação desenvolvida com as entidades parceiras (média de 4,5 numa escala de 1 a 5) e consideram o estabelecimento dessas parcerias determinante para a execução do projeto (média de 4,5). Também a comunicação com o IPDJ é avaliada de forma bastante positiva por todas as entidades executantes (média de 4,6).

As parcerias estabelecidas e a articulação com o IPDJ são assinaladas pelas entidades executantes como fatores muito importantes para uma execução do projeto completa e bem-sucedida.

Em matéria de colaboração entre entidades, a única limitação a observar prende-se com os casos de projetos vencedores em que a parceria entre IPDJ e entidade executante se desenvolveu sem que os

jovens proponentes estivessem tão informados quanto esperavam. Isto sucedeu especialmente nos projetos que avançaram de forma mais rápida, gerando confusão e desorientação nos proponentes, que contavam com um maior envolvimento na seleção da entidade executante e na comunicação do IPDJ com esta, como exemplifica a resposta desta jovem quando questionada sobre essa etapa do processo:

Jovem 2: As coisas ficaram super confusas, porque de alguma maneira o projeto foi avançando sem eu ter conhecimento e sem o resto da minha equipa ter conhecimento. [...] O envolvimento, quer de minha parte como proponente, quer do resto da equipa, foi praticamente nulo.

Grupo de discussão 1

Adequação e cumprimento do calendário

As três edições anuais do OPJP tiveram calendarizações distintas, dependendo desde logo da data de publicação da RCM, após a qual se iniciavam as atividades de implementação:

- Na edição de 2017, a RCM foi publicada a 13 de setembro e as atividades decorreram entre 2 de outubro e 29 de dezembro (cerca de três meses);
- Na edição de 2018, a RCM foi publicada a 23 de maio e as atividades decorreram entre 28 de maio e 31 de dezembro (cerca de sete meses).
- Na edição de 2019, a RCM foi publicada a 22 de março e as atividades decorreram entre 25 de março e 12 de agosto (cerca de cinco meses).

A calendarização das três edições do OPJP encontra-se sintetizada no Anexo III, permitindo situar no tempo, relativamente a cada ano, as cinco fases da implementação.

Fruto da publicação tardia da RCM – e, em 2019, também da necessidade de evitar a sobreposição do OPJP com a campanha eleitoral para as legislativas –, os períodos para cada fase do OPJP foram curtos. Mesmo no ano em que foram mais longos (2018), poderiam ter beneficiado de mais tempo, se a RCM tivesse sido publicada logo no início do ano civil. A escassez de tempo produziu constrangimentos sobre a componente técnica das fases de implementação, sobretudo na fase I e na fase II.

A fase I (discussão e elaboração de propostas) requeria mais tempo quer para a divulgação do OPJP e a mobilização de entidades parceiras, quer para a realização de EP e o apoio à elaboração de propostas. Um calendário mais alargado teria permitido maior cobertura do território e o envolvimento de jovens mais distantes de instituições como o IPDJ, as escolas ou as associações locais.

Alguns dos jovens auscultados nos grupos de discussão alertam também que os EP em que estiveram presentes ocorreram demasiado próximo do prazo para submissão de propostas. O propósito de estimular a reflexão e esclarecer dúvidas teria sido facilitado se seguido de um período mais amplo para os jovens elaborarem propostas refletidas, originais e fundamentadas:

Jovem 4: Aconteceu num *timing* que não foi muito favorável, porque já estava a chegar mesmo ao *deadline* de apresentar as candidaturas, penso que até era o último ou penúltimo dia. Acho que os jovens que foram à sessão para esclarecer dúvidas ou para ver o que era o OPJP, para depois fazerem uma

proposta, já não tiveram muita margem de tempo para isso... Eu, como já ia com a proposta elaborada, pude ter uma conversa mais direta com os elementos que estavam a guiar essa sessão. [...]

Jovem 6: Do que me recordo dessas sessões, o conceito para gerar ideias era interessante, até porque muitas vezes, quando se geravam as ideias, na altura surgiam certas questões que as pessoas faziam – onde é que eu posso fazer a submissão, que tipo de ideias são possíveis...? Como primeira abordagem considerei que seria uma coisa boa, mas lembro-me de que a sessão foi muito em cima do prazo de terminar a fase de submissão de propostas. E, realmente, se o objetivo da sessão é gerar ideias e esclarecer dúvidas, seria melhor ser realizada com maior antecedência, para as pessoas pensarem melhor nas questões e depois submeterem o projeto *online*, não ser o IPDJ a forçar essa submissão, porque depois se calhar cria-se algum tipo de ruído no sentido de as pessoas não quererem mesmo e na verdade avançam com o projeto e depois é uma quantidade enorme de projetos para avaliar.

Grupo de discussão 2

Relativamente à fase II (análise técnica das propostas), esta só pôde ser cumprida com um esforço muito grande por parte dos técnicos das diversas áreas ministeriais e com algumas falhas ou dúvidas subsistentes na aprovação de projetos que não se enquadravam nos requisitos definidos em RCM. O tempo para esta fase foi especialmente diminuto na edição de 2017: uma semana para efetuar a análise técnica de um total de 424 propostas submetidas

Além disso, o período para execução dos projetos vencedores não estava calendarizado. Embora não tenha sido especificamente por isto que a execução dos projetos se atrasou, a definição de marcos temporais para a execução poderia ter ajudado a estruturar essa fase do processo, clarificando por exemplo prazos para identificar a entidade executante do projeto e celebrar com esta o protocolo de parceria quando necessário.

Em contrapartida, as entidades executantes avaliam de forma muito positiva a calendarização das atividades que se comprometeram a realizar. Na sua perspetiva, os atrasos na execução dos projetos vencedores devem-se sobretudo à demora na celebração dos protocolos de parceria e, a partir de março de 2020, nas restrições decretadas para mitigar a pandemia de Covid-19, as quais obrigaram ao adiamento de muitas atividades.

3.4. Que diferença fez a intervenção?

Para responder a esta questão foi examinada a evidência empírica com vista a verificar se corrobora as vias de impacto que foram identificadas ao aplicar a teoria da mudança ao OPJP (Mayne, 2019). Procurou-se assim compreender se, para lá do cumprimento estrito das atividades a que se propunha, o OPJP gerou efeitos mais profundos ou de mais longo prazo.

A informação recolhida na presente avaliação sugere que o OPJP produziu efeitos positivos em etapas específicas, em particular a divulgação e elaboração de propostas e a angariação de votos. Os jovens proponentes de projetos vencedores apontam várias competências que desenvolveram durante a construção da sua proposta e a agregação de vontades e apoios em torno dela, incluindo o trabalho em equipa, a comunicação, a autoconfiança, a criatividade e a persistência. Também positiva é a observação de que os projetos, uma vez executados, poderão suscitar em outros jovens uma maior

vontade de participação cívica e política, na medida em que constatam que as ideias de jovens como eles se traduziram em projetos concretos com benefícios substantivos para a comunidade.

No entanto estes impactos são limitados por dois fatores. O primeiro é o número reduzido de jovens envolvidos no OPJP, sobretudo se for tomado em consideração que a participação de muitos jovens foi apenas superficial e que houve dificuldade em envolver jovens mais distantes das instituições, por exemplo aqueles sem experiência de associativismo, sem participação política ou fora do sistema de ensino.

O número de votantes ficou bastante aquém das metas estabelecidas para as edições de 2018 e 2019. Talvez mais relevante, a qualidade dessa participação permanece marcada por várias debilidades. Para uma grande parte dos jovens envolvidos no OPJP, a sua participação cingiu-se a estar presente num EP ou a apresentar propostas que não cumpriam os requisitos para admissão; e muitos não acompanharam as fases seguintes do OPJP, como denota a grande proporção de projetos que não obteve qualquer voto, nem sequer do seu proponente. Isto sugere que os métodos adotados nas diversas atividades – os EP, a apresentação de propostas e a campanha na fase de votação – não foram os mais adequados para gerar um compromisso substantivo, consistente e duradouro dos jovens com o OPJP.

O segundo fator que limitou os impactos positivos do OPJP prende-se com problemas ocorridos na execução dos projetos vencedores. As entidades executantes e parceiras dos projetos vencedores cooperaram e disponibilizaram-se para superar os desafios concretos que surgiram em cada projeto, tendo mobilizado os seus recursos para encontrar as soluções possíveis; e fazem até um balanço genericamente positivo do envolvimento dos jovens proponentes na execução dos projetos. Em contrapartida, a apreciação dos jovens proponentes a esse respeito é muito negativa. Lamentam a demora e a falta de clareza das informações que receberam, destacando que não foram consultados aquando da seleção da entidade executante, do desenho do plano de trabalhos ou da orçamentação detalhada do projeto, mas apenas informados já após a tomada de tais decisões. Vários jovens expressam que o projeto da sua autoria foi apropriado ou substancialmente transformado pelas entidades executantes, traindo as suas expectativas e as dos votantes.

Por conseguinte, no caso dos proponentes de projetos vencedores, o potencial de participação cívica e política que o OPJP comporta foi abalado pelas múltiplas deceções durante a execução do projeto, uma experiência que todos os jovens auscultados descrevem em termos consensualmente pesarosos – “muito frustrante”, “horrível”, “traumatizante”, “péssima”, “não aprendi nada, só aprendi a não voltar a repetir a experiência” (Grupo de discussão 1); “triste”, “muito triste”, “desisti da ideia”, “fiz queixa” (Grupo de discussão 2); “acontecia tudo e eu sabia pelas redes sociais, ninguém me avisava”, “péssima experiência” (Grupo de Discussão 3). Além da insatisfação perante as transformações a que foi sujeita a proposta inicial e as dúvidas sobre o ponto de situação do projeto, é também partilhado entre estes jovens o desapontamento de não terem desempenhado um papel ativo na execução do projeto, o que aponta para a necessidade de maior clarificação deste aspeto a montante, nomeadamente em sede de regulamento, nos EP e nos materiais de divulgação.

Desenvolvimento de competências para a participação política

Nesta dimensão de análise importa considerar o grau de participação no OPJP. Para os jovens cuja participação se limitou à presença num EP, sem terem apresentado propostas nem se terem mobilizado aquando da campanha para a votação, o envolvimento no OPJP foi muito curto e superficial. Enquanto porta de entrada no debate cívico e político, os EP dificilmente poderão ser suficientes para cumprir os objetivos do OPJP. A expectativa de que uma sessão de apresentação e debate de 90 minutos capacite os jovens para elaborar propostas devidamente refletidas e fundamentadas, incluindo aspetos de conteúdo e de orçamento, é pouco realista, sobretudo para jovens que não tenham competências prévias nestas matérias.

Para os jovens que apresentaram propostas individuais ou coletivas, o OPJP comporta maior potencial de capacitação. Além da elaboração da proposta, alguns mobilizaram-se posteriormente para angariar votos. Houve diversos casos de jovens que apresentaram várias propostas e empenharam-se na sua fundamentação teórica e empírica.

Aqueles cujas propostas deram origem a projetos vencedores – um total de 25 jovens, dos quais 15 raparigas e 10 rapazes – tiveram um envolvimento mais prolongado, na medida em que se esperava que acompanhassem a execução do respetivo projeto. Salienta-se que várias dessas propostas foram elaboradas por grupos de jovens, numa experiência de trabalho coletivo que os próprios descrevem como entusiasmante e pedagógica. Constatou-se também que a maioria dos proponentes auscultados já possuía, à data em que apresentaram a proposta, experiência de pertença associativa e de interação com o IPDJ e com autarquias, ou estudavam em escolas que tinham práticas regulares de iniciativas participativas. Isto não é irrelevante na medida em que a pertença a tais associações ou escolas lhes permitiu tomar conhecimento do OPJP e obter apoio na elaboração da proposta e, mais tarde, na angariação de votos. Para estes jovens, o OPJP não terá feito uma diferença considerável na propensão a participação cívica, uma vez que já a possuíam, embora em alguns casos a tenha consolidado ou reforçado.

No caso mais raro dos proponentes de projetos vencedores sem experiência prévia de participação cívica ou política, a elaboração da proposta e a angariação de votos foram processos especialmente enriquecedores. Isto é enfatizado pelos próprios, ainda que a posterior execução do projeto tenha gorado as suas expectativas.

Jovem 6: Eu soube do OPJP numa manhã quando estava a ir para a escola: na rádio falaram do OPJP, lembro-me de explicarem o que era e fiquei interessado. Tentei-me candidatar mas não levei muito a sério, até porque me candidatei com vários projetos ao mesmo tempo, foi quase como um teste de *brainstorming*, a tentar ver se alguma coisa pegava. Depois vi os resultados e obviamente as coisas não funcionam assim. No ano seguinte decidi pegar num único projeto e levá-lo mais a sério; dos que eu tinha proposto no ano anterior, ver o que achava que tinha maior impacto e era mais viável. E fiz a candidatura e esforcei-me mais para que o projeto avançasse. [...] Foi um desafio porque eu tive que pensar numa ideia, tive que conseguir expor no papel... Eu era uma pessoa bastante tímida, tive que me pôr lá fora, tive que falar com pessoas e interagir com pessoas que não conhecia, tive que falar com a direção da escola, que na altura para mim era um bicho de sete cabeças, uma caixa negra. E hoje em dia acho que a experiência me fez crescer e, tendo saído vencedor, fez-me acreditar que realmente qualquer pessoa pode fazer as coisas andar para a frente. Mas realmente é triste as coisas não terem sido implementadas.

Jovem 4: Concordo em pleno. Acho que é mesmo isso: para nós, pessoalmente, é muito bom. [...] A nível pessoal é uma realização espetacular, eu gostei muito, aprendi muito, mas depois a implementação do projeto realmente fica aquém.

Grupo de discussão 2

Jovem 7: Estar à frente de muita gente, ter que falar... até mesmo a parte da divulgação, dos votos... fez-me crescer um bocadinho mais, o projeto. Ganhei bastante experiência nisto do que são os projetos e de tudo o que é preciso para criar um projeto.

Jovem 8: Acho que qualquer projeto, não só num orçamento participativo jovem mas qualquer projeto, acaba sempre por trazer competências e experiência e tudo o mais à pessoa que o propõe.

Grupo de discussão 3

Outro momento significativo de desenvolvimento de competências ocorreu nos casos em que houve interação com o IPDJ durante a fase de análise técnica. Por exemplo, uma jovem teve de desenvolver a sua argumentação para fundamentar o orçamento que indicara na proposta. A outros proponentes foram solicitadas descrições mais detalhadas ou esclarecimentos quanto a aspetos específicos das suas propostas. Os jovens auscultados descrevem esse diálogo como adequado e enriquecedor.

Na fase da votação os jovens adquiriram competências através das atividades que realizaram para angariar votos, incluindo campanhas de divulgação em escolas e universidades, meios de comunicação locais e redes sociais, bem como esforços para sensibilizar e mobilizar instituições para a difusão do projeto. Os jovens auscultados salientam que aprenderam bastante ao apresentar o projeto e ao defender a sua importância junto de diversos públicos. Assinalam ainda assim que, na sua perspetiva, a divulgação oficial do OPJP na fase de votação foi escassa e eles próprios acabavam por ser divulgadores não só do projeto, mas também do OPJP no seu todo.

Jovem 4: Eu sinto que estava a divulgar o OPJP, muita gente não conhecia.

Jovem 5: 99% das vezes.

Jovem 4: Exatamente. Concordo.

Jovem 6: O esforço, realmente, foi da nossa parte... o esforço de divulgação. Nessa parte da votação sem dúvida.

Grupo de discussão 2

Jovem 8: Assim como o projeto era uma proposta nossa, sem qualquer intervenção do IPDJ, a votação também era. Completamente! O motor gerador de tudo funcionava com o gás e a força das pessoas. Neste caso, das pessoas, das escolas, dos vários agrupamentos, dos pais, dos amigos, das famílias, da comunidade...

Grupo de discussão 3

Durante a execução dos projetos vencedores, os seus proponentes integravam a respetiva Comissão de Acompanhamento. Este seria o veículo privilegiado para estarem informados sobre o progresso dos trabalhos e participarem na tomada de decisões, permitindo-lhes percorrer o ciclo completo da política pública – da ideia inicial à conclusão do projeto – e, assim, adquirir conhecimentos e aptidões relevantes. Este processo foi, contudo, marcado por diversas debilidades, a maior das quais residiu na expectativa acalentada pelos jovens de que seriam eles mesmos, ou a associação a que pertenciam, a executar o projeto; ou de que, pelo menos, desempenhariam um papel substancial na coordenação do

projeto e na tomada de decisões, o que todos os jovens auscultados na presente avaliação afirmam não ter acontecido. Os seguintes excertos são ilustrativos dessa confusão assente na suposição inicial, partilhada pelos jovens, de que interviriam de forma determinante na concretização da sua ideia.

Jovem 2: Na última reunião, eles [a entidade executante] perguntaram-nos: então em que propõem vocês ser envolvidos? E nós ficámos sem perceber... Como assim, em que propomos ser envolvidos? Nós somos os proponentes, portanto nós temos que estar envolvidos, a nossa ideia é sermos nós a dinamizar isto; vocês iam ser só os nossos parceiros, iam ajudar-nos com os meios técnicos e o conhecimento que nós não tivéssemos, mas a ideia era sermos nós a realizar o projeto. Isso não aconteceu. Eles viraram a pasta, quase como se fossem eles que estavam a criar o projeto, e perguntaram-nos: onde é que vocês se inserem?

Grupo de discussão 1

Jovem 8: No meu caso o projeto foi totalmente gerido pelo IPDJ. A 120%, se quiserem dizer assim. Não fomos consultados em qualquer parte do processo e não sabíamos disso. Questionámos várias vezes o IPDJ relativamente a isso e não fazíamos ideia que era assim: nós dávamos uma ideia e eles iam adaptar a ideia conforme achassem melhor, iam escolher tudo conforme achassem melhor e pronto. [...] Basicamente eles reajustaram todo o projeto sem nunca falarem connosco e fizeram uma reunião em que disseram: definimos isto, vai ser instalado assim, está tudo pronto, vai ser lançado.

Grupo de discussão 3

Jovem 5: Acho que é talvez a maior falha do OPJP.... Acho que o intuito devia ser este: ter os jovens interessados. Depois os jovens propõem e estão interessados, querem ver as coisas acontecer e querem ver o processo, querem fazer parte das coisas...

Jovem 4: Exatamente.

Jovem 5: E não é assim: deste-nos a ideia e nós agora vamos escolher quem queremos e pomos isto a andar e isto vai acontecer.

Jovem 4: Tal e qual.

Jovem 5: Acho que não devia ser assim. Devia ser uma coisa que o jovem pudesse acompanhar de facto. Está a propor uma coisa que quer que aconteça mas que não tem forma de fazer acontecer só por si. É quase como: a minha ideia é muito boa e preciso da vossa ajuda para isto, não no sentido de financiar diretamente a pessoa – não, estão a financiar a ideia para ser implementada para todos! E acho que é a grande falha, esta diferença entre “o jovem deu-nos a ideia” ou “o jovem quer envolver-se e quer acompanhar a ideia e vamos fazer com que ele esteja presente durante o processo”.

Grupo de discussão 2

Vários jovens auscultados consideram que esta experiência os tornou mais desconfiados relativamente a instituições públicas e a iniciativas dirigidas a jovens, embora continuem a participar em movimentos cívicos e políticos, sobretudo a nível local. A frustração das expectativas levou-os a distanciar-se daquele projeto específico e a privilegiar outras instâncias de participação cívica ou política.

Jovem 2: Eu fiquei com uma preocupação: a de ter apresentado este projeto e ter dado a cara por ele, de facto eu tive alguma exposição, e neste momento sinto-me um bocadinho hipócrita, porque na altura as pessoas disseram: então como é que pensas fazer isso? porque é que propuseste isso?... Ficamos sempre com aquela imagem: este jovem vai fazer alguma coisa. E até podia ser fantástico para o nosso currículo. Só que hoje em dia, se acontece alguém vir-me perguntar sobre isso, eu digo: não sei, já não faço parte disso, já não tenho nada a ver. E isso preocupa-me no sentido de... Se inicialmente eu tinha medo de que o projeto acontecesse e ficasse com o nome de outras pessoas, neste momento eu tenho preocupação que o meu nome continue incluído numa coisa na qual eu não tive mão. Isso é outra das coisas que eu acho que devia ficar explícito, porque eu não quero de todo estar associada a algo em que não tive qualquer tipo de decisão, seja bom ou mau: se não estive envolvida, não quero ter crédito por isso.

Grupo de discussão 1

Jovem 3: Eram sempre várias as promessas: que vai ser, que vai ser, que vai ser. Até que deixou de ser. Também já não tenho aquele sangue de espírito jovem, que tinha na altura, para lutar por isto. Agora tenho mais que fazer. Se não fizeram, não fizeram. Eu não ganhei nada com isto, também já não me vou estar a matar mais.

Grupo de discussão 2

Alguns jovens salientam que o OPJP veio confirmar narrativas que tinham ouvido sobre o excesso de burocracia, a falta de transparência e o incumprimento de promessas por parte do Estado, mas atribuem isto a falhas no processo de implementação e concordam que, sem prejuízo da necessidade de correções e melhoramentos, o OPJP constitui uma política importante e pertinente. Reconhecem ainda que os jovens se sentem incentivados a participar quando veem executados os projetos de outros jovens.

Jovem 8: No caso do meu projeto, o que aconteceu, principalmente quando ganhou e depois quando foi inaugurado, é que... traz esperança.

Jovem 7: Sim, sim.

Jovem 8: As pessoas, quando veem um projeto ser inaugurado...! No início é: "Ah, sim, vão mesmo dar-vos 30 mil euros para isso, num país inteiro é mesmo o vosso projeto que vai ganhar". Mas quando veem as coisas a acontecer... A realidade é que eu não decidi absolutamente nada do meu projeto, foi uma batalha, demorou anos a ser implementado, mas foi! O resultado final é este: foi implementado e foi inaugurado. [...] Traz esperança, faz com que as pessoas queiram saber e queiram participar. E quando estes projetos acontecem em cidades pequenas, são cidades onde o impacto que se sente é gigante, porque toda a gente viu isto a acontecer. [...] Acredito que muita gente que esteve nas inaugurações pense: se esta pessoa decidiu propor uma coisa e a coisa aconteceu e a coisa está aqui à minha frente, se calhar eu também consigo. E acredito que ainda hoje os professores utilizem isso como argumento: aqui há uns anos uma colega vossa conseguiu...

Grupo de discussão 3

Desenvolvimento de outras competências pelos participantes

Também o desenvolvimento de outras competências por parte dos jovens parece ser diminuto no caso daqueles cuja participação consistiu exclusivamente em estar presente num EP. Entre os que apresentaram propostas, é plausível que alguns tenham adquirido conhecimentos adicionais e refletido sobre a matéria em causa, mas a escassa profundidade dos EP e de muitas das propostas submetidas não permite concluir que essa experiência tenha sido particularmente significativa. Embora as partes interessadas reconheçam a importância do desenvolvimento de diversas competências no âmbito do OPJP, trata-se de um aspeto que carece de monitorização.

Seria especialmente relevante aferi-lo no caso dos jovens proponentes de projetos vencedores. A esse respeito, a evidência recolhida na presente avaliação é difusa. De acordo com as respostas das entidades executantes ao questionário aplicado, apenas dois projetos (do total de 19 projetos cuja execução está concluída ou em curso) não envolveram em alguma fase da execução os jovens proponentes. Segundo as entidades, alguns jovens participaram no desenho do plano de trabalhos

através da Comissão de Acompanhamento do projeto; outros colaboraram na divulgação das atividades do projeto; outros, ainda, limitaram-se a receber informações e a estar presentes em sessões formais de inauguração. Apesar dessa variação, as entidades avaliam a participação dos jovens proponentes de forma consensualmente positiva (média de 4,4 valores numa escala de um a cinco).

A apreciação por parte dos próprios jovens, como referido acima, é bastante distinta, sugerindo um envolvimento na execução dos projetos muito escasso e, por conseguinte, muito pouco propiciador da aquisição de novas competências. Na perspetiva destes jovens, o desenvolvimento de competências ocorreu claramente nas fases de elaboração da proposta e da angariação de votos, durante as quais sentiram que melhoravam as suas aptidões para trabalhar em equipa, investigar e comunicar. Aliás, a dinâmica produzida nessas fases contribuiu para o incremento das expectativas que viriam a ser defraudadas mais tarde durante a execução do projeto.

Jovem 6: Entrámos nisto também para aprender, para crescer, estar mais envolvidos na parte prática. [...] Tínhamos uma ideia para a concretização, mas nunca fomos consultados, nunca acompanhámos o processo realmente ali com eles, eles a trabalhar e nós a aprender com eles, eles a perguntarem-nos possíveis ideias... Apesar de não termos o conhecimento total para o desenvolvimento do projeto, acho que isso era bastante interessante não só para nós, mas também para as pessoas que estavam a fazer.

Grupo de discussão 2

Jovem 1: Acho que é tão mau, isto: organizar sessões de apresentação do programa pelo país inteiro com pessoas que não sabem responder a perguntas. [...] Fizeram a sessão de apresentação, juntaram jovens, puseram os jovens a escrever numa folha de papel uma ideia, mas muitos nem sequer avançaram... Acho que eles não fizeram nada, sinceramente, e acho completamente inadmissível nestas sessões não serem respondidas perguntas tão básicas como [refere perguntas específicas sobre a admissibilidade da sua proposta e o papel que poderia desempenhar na concretização da mesma caso vencesse]. Acho uma grande contradição: querem desenvolver em nós a iniciativa, o pensamento crítico, a criatividade e tudo mais, e depois cortam-nos os pés, porque nós não podemos estar lá na execução e ainda estamos a viver a frustração de ver tudo aquilo que nós pensámos a ser diferente...

Grupo de discussão 1

Uma explicação possível para esta aparente contradição entre a apreciação das entidades e a apreciação dos jovens consiste numa diferença de expectativas. Para as entidades que executaram os projetos, uma participação periférica dos jovens terá sido aceitável na medida em que o conceito do OPJP é o de concretizar projetos propostos por jovens, independentemente do envolvimento de jovens na execução. Já do ponto de vista dos jovens, o seu protagonismo na etapa de execução do projeto decorreria naturalmente do facto de terem sido eles a propô-lo. Esta incongruência tem implicações graves para a satisfação ou frustração dos participantes, pelo que deveria ter sido prevenida junto das diversas partes desde o princípio.

Desenvolvimento de competências técnicas e relacionais por parte das entidades envolvidas na intervenção

Enquanto inovação democrática, o impacto do OPJP na administração pública parece ter sido diminuto, na medida em que dele não decorreram alterações substantivas de procedimentos instituídos ou de posições políticas.

O OPJP constituiu um modo suplementar de auscultação dos jovens e de apoio a iniciativas de âmbito predominantemente local, contribuindo para reforçar o compromisso com áreas como o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por se tratar de temáticas abordadas na maioria dos projetos vencedores. Ainda assim, em todas estas dimensões representou menos uma transformação do que uma continuidade do trabalho já desenvolvido. Isto verifica-se também no caso dos projetos vencedores executados por organismos públicos: o conteúdo dos projetos inscreveu-se no trabalho já desenvolvido por esses organismos, permitindo reforçá-lo ou complementá-lo, se tanto.

Nem as entrevistas com decisores e técnicos, nem o inquérito aplicado às entidades executantes de projetos vencedores permitem identificar competências técnicas e relacionais adquiridas por parte das entidades. É expectável que o desenvolvimento de algumas competências para a dinamização de processos participativos tenha decorrido da produção de materiais e da formação ministrada em 2017 pela equipa de consultoria contratada para esse efeito. No entanto, é incerto em que medida as entidades e os seus profissionais estão mais capacitados do que inicialmente para as exigências específicas de um orçamento participativo jovem.

Alterações de dinâmicas comunitárias nos locais onde ocorrem atividades mais substantivas

Nas fases de elaboração de propostas e de votação, algumas regiões e algumas localidades registaram uma dinâmica muito superior a outras. Por um lado, isto explica-se por assimetrias na mobilização de entidades parceiras a nível local, especialmente associações – associações juvenis e outras – e escolas. Por outro lado, a coexistência de diferentes projetos com amplo apoio em comunidades muito próximas levou os respetivos proponentes a desdobrar-se em esforços durante a campanha para vencer a concorrência. O caso mais evidente é o dos concelhos de Aveiro e Águeda, onde quer o número de projetos vencedores, quer a quantidade de votos obtidos por esses projetos se destacam claramente no panorama nacional.

Vários dos projetos executados apresentam sinais de contribuir para alterações positivas de dinâmicas comunitárias. Por exemplo, os três projetos executados na aldeia de Vale Domingos, no concelho de Águeda, estão a contribuir para a dinamização de um Parque Botânico que constitui um polo de recuperação ambiental e social com vista a mitigar problemas graves de exclusão, toxicod dependência e criminalidade. Outro exemplo é o do projeto Energia Azul, que permitiu o desenvolvimento de um protótipo pela Universidade de Aveiro que poderá vir a ser utilizado como fonte de energia renovável na ria dessa cidade se vier a ser captado financiamento para isso. Outro exemplo, ainda, é o da App Caderneta do Aluno, cuja criação contribuiu para a desmaterialização da comunicação entre docentes, estudantes e encarregados de educação, revelando-se especialmente útil nos períodos de ensino à distância durante a pandemia de COVID-19, algo que teria sido impossível de prever aquando da proposta da jovem em 2017.

É de assinalar que algumas propostas apresentadas pelos jovens consistiam em ideias previamente concebidas e relacionadas com atividades de organizações locais. Por exemplo, a proposta Desporto

para Todos foi apresentada por uma jovem que era voluntária na Associação Cultural e Recreativa de Vale Domingos e refletia necessidades e potencialidades dessa associação, que veio depois a ser a entidade executante do projeto. A proposta Teatro da Pessoa foi apresentada por uma jovem que pertencia a uma associação com o mesmo nome, nas Caldas da Rainha; neste caso, porém, o projeto veio a ser executado pela Direção Regional da Cultura do Centro sob o nome de Casulos, tendo preservado apenas o objetivo genérico de dinamização local de atividades culturais. Estes dois exemplos representam, aliás, duas formas diferentes de lidar com propostas que tinham origem em associações e visavam a construção de infraestruturas, não sendo claro o motivo que levou à adoção de soluções distintas.

Em qualquer das eventualidades, o OPJP veio mais reforçar dinâmicas em crescimento do que propriamente criar dinâmicas onde estas não existiam. Assim se pode entender que a distribuição de projetos vencedores tenha resultado geograficamente tão desigual, com predomínio de projetos nas regiões Centro e Norte. Além disso, a escassez de recursos investidos na divulgação pública do OPJP durante a fase de votação contribuiu para que os resultados refletissem as assimetrias na capacidade de mobilização de jovens e associações. Vários jovens proponentes reconhecem o desequilíbrio de forças que os privilegiou. Ao mesmo tempo, salientam os benefícios que resultaram dos projetos para as suas comunidades locais e para os coletivos que integram.

Jovem 8: Acho que não foi tanto o que me fez a mim, o que me fez crescer, o que aprendi, mas se o projeto e se o OPJP trouxeram alguma coisa, foi à comunidade, foi às pessoas, aos jovens e às crianças das comunidades onde o projeto foi implementado. E não tenho a mínima dúvida que isso aconteceu.

Grupo de discussão 3

Jovem 5: Uma coisa boa que surgiu do Orçamento Participativo foi as pessoas que eu fui conhecendo ao longo do projeto, alguns são parceiros no trabalho que nós fazemos agora... foi uma forma de conhecermos o trabalho uns dos outros. Houve umas portas que se abriram durante este processo.

Grupo de discussão 2

Situação dos projetos vencedores após o período estabelecido para a sua execução

Dos 21 projetos vencedores, 15 encontram-se inteiramente executados à data presente. Alguns tiveram continuidade na medida em que os recursos desenvolvidos ou adquiridos no âmbito do projeto permanecem disponíveis à população, enquanto noutros está presentemente a ser estudado o modelo de continuidade.

Em qualquer dos casos, não é claro quem assume a responsabilidade por essa continuidade, quer do ponto de vista financeiro, quer do ponto de vista logístico. Até ao momento, esta tem sido assegurada na sua maioria por municípios. Neste quadrante, é particularmente relevante o caso excepcional de um projeto cuja continuidade foi até ao momento assegurada pelo organismo público que o executou, pois traduz uma efetiva incorporação da proposta dos jovens na política pública: a App Caderneta do Aluno permanece presentemente disponível a estudantes e encarregados de educação, sendo mantida pela DGEEC.

Conclusões e recomendações

As conclusões e recomendações apresentadas neste capítulo pretendem constituir informação útil para a reflexão e tomada de decisão sobre iniciativas futuras do OPJP. A sua divulgação e discussão junto de decisores políticos, organismos públicos, organizações da sociedade civil e peritos, entre outros, é fundamental para que a avaliação se revele efetivamente proveitosa enquanto aprendizagem coletiva e fonte de melhoramento da política pública.

A partir dos dados recolhidos e analisados ao longo da avaliação, destacamos um conjunto de aspetos positivos:

- O OPJP é relevante enquanto resposta direta a uma necessidade efetiva – promover a participação política dos jovens e reforçar a democracia participativa –, reconhecida como prioritária pelas várias partes interessadas. Todos os atores auscultados concordam com a importância de políticas públicas específicas para a promoção da participação política dos jovens e o reforço da democracia e reconhecem a pertinência do OPJP para este fim.
- A colaboração entre instituições em várias fases da implementação permitiu superar diversos obstáculos colocados à realização das atividades pela escassez de recursos investidos (aspeto retomado abaixo).
- A taxa de execução dos projetos vencedores é consideravelmente elevada no panorama dos orçamentos participativos a nível internacional. Ressalve-se que a execução foi marcada por atrasos e por alterações substanciais em alguns projetos, alterações estas que visaram assegurar a sua viabilidade, embora todos tivessem sido aprovados na fase de análise técnica prévia à votação.
- Os impactos de vários dos projetos executados, sobretudo a nível local, contribuíram para o reforço de dinâmicas comunitárias e melhorias de bem-estar e coesão social, com ganhos em áreas diversas (ambiental, desportiva, científica, educativa, cultural) consoante o projeto.
- Observou-se o desenvolvimento de competências por jovens participantes, especialmente nas fases de elaboração das propostas e de angariação de votos. No caso dos jovens mais empenhados, estas fases constituíram um incentivo direto a adquirir capacidades de investigação, argumentação, comunicação, trabalho em equipa, criatividade ou persistência.

Se os dados recolhidos na avaliação permitem fazer uma apreciação positiva no critério de relevância e uma apreciação intermédia nos critérios de eficiência e de impacto, é no critério de eficácia que as evidências são mais negativas. Importa frisar que as debilidades no desenho e implementação do OPJP são em larga medida semelhantes às aquelas que têm sido verificadas noutras políticas públicas de cariz participativo e, especificamente, em orçamentos participativos (Allegretti, Leiva e Yáñez, 2011; Falanga, 2015; Sgueo, 2016; Santos, 2019; Falanga e Ferrão 2021; Fernández-Martínez, García-Espín e Jiménez-Sánchez, 2020). Vários problemas e limitações detetadas nessas iniciativas constata-se também no OPJP, como o incumprimento das expectativas dos participantes, a insuficiência de

compromisso ou empenho das instituições que conduzem ou apoiam o processo, o regulamento desajustado, a reprodução de desigualdades que favorecem participantes com mais capital socioeconómico ou grupos de interesse mais fortes, a falta de sustentabilidade dos projetos vencedores e o isolamento do orçamento participativo relativamente a outras políticas e programas.

Destacamos, em seguida, as principais dimensões nas quais a presente avaliação identificou fragilidades. Em cada uma delas, elaboramos recomendações para superar aspetos críticos.

A. Falta de clareza no desenho da intervenção

De acordo com a presente avaliação, o desenho do OPJP não foi suficientemente claro nem detalhado, conduzindo, desde logo, a uma subestimação dos recursos que seriam necessários para uma implementação satisfatória. Para colmatar esse aspeto será preciso começar por clarificar qual o modelo de orçamento participativo que se pretende adotar em iniciativas futuras, pois dessa decisão dependem a identificação dos recursos necessários e a escolha dos métodos de implementação mais adequados.

A seleção de um modelo requer uma análise cuidada de alternativas que afira comparativamente as vantagens e contrapartidas dos vários modelos possíveis, tarefa que não estava abrangida no âmbito desta avaliação. Com a prudência requerida, incluímos na primeira recomendação um conjunto de aspetos a ter em conta nessa ponderação.

Além disso, as RCM que regulamentaram o OPJP não eram explícitas quanto às metodologias a utilizar em cada fase de implementação, nem referiam como seriam executados os projetos vencedores. A forma como, na prática, foi operacionalizado o OPJP, em particular a execução dos projetos vencedores, acabou por ser confundida, junto de vários intervenientes, com mais uma linha de apoio a associações e favoreceu um paradigma de concurso de projetos, em detrimento de um paradigma de formulação de políticas públicas.

Importa recordar ainda que, segundo estudos em diversos países, um dos fatores determinantes do sucesso de um orçamento participativo é a existência de uma vontade política clara e sustentada (Allegretti e Herzberg, 2006; Allegretti, Leiva e Yáñez, 2011). A inscrição do OPJP em OE e a aprovação das suas regras em RCM sugere um reconhecimento de alto nível que não teve correspondência no processo de implementação.

- ✓ **Recomendação 1: Realizar uma discussão pragmática para decidir qual o modelo de orçamento participativo que se pretende adotar**, isto é, quais os aspetos da intervenção a manter ou alterar. Nessa discussão devem participar jovens, técnicos da administração pública e peritos em orçamentos participativos, entre outros intervenientes possíveis. Os resultados da presente avaliação sugerem que o OPJP deve manter o carácter deliberativo (não consultivo), pois é esse que assegura um envolvimento substantivo dos jovens. Deverão procurar-se modos de melhorar a natureza da participação dos jovens e mitigar as debilidades da escala individual de participação (projetos pouco robustos ou amadurecidos, assimetrias de recursos para elaborar

projetos e angariar votos, etc.), equacionando por exemplo um modelo híbrido que compatibilize a possibilidade de participação individual com a existência de corpos intermediários, como conselhos ou assembleias regionais de jovens para discutir as propostas submetidas e selecionar um conjunto delas para posterior votação individual dos jovens a nível nacional.

- ✓ **Recomendação 2: Conceber um regulamento do OPJP em linguagem clara e acessível, a disponibilizar publicamente.** Este regulamento deve incluir, entre outros aspetos: os objetivos específicos do OPJP e o que o distingue das demais iniciativas existentes na área da juventude, nomeadamente o carácter deliberativo (não consultivo) e a incorporação das propostas dos jovens na política pública (não em projetos de associações); os modos, vias de financiamento e cronograma de cada fase de implementação, incluindo a execução de projetos vencedores e o acompanhamento após o seu período de execução; a estrutura da candidatura e os critérios de elegibilidade; as funções e recursos das áreas do Governo e da administração pública envolvidas em cada fase de implementação. A elaboração do regulamento deve contar com a participação de jovens e beneficiar da experiência adquirida para prevenir dúvidas e ambiguidades nas diversas fases de implementação. Uma vez posto em prática, o regulamento deverá ser revisto e afinado antes de iniciar cada nova edição do OPJP.
- ✓ **Recomendação 3: Incorporar no desenho da intervenção as aprendizagens de um diagnóstico específico da participação cívica e política de jovens em Portugal,** permitindo definir objetivos mais concretos e metodologias de implementação mais adequadas.
- ✓ **Recomendação 4: Articular a implementação do OPJP com os outros orçamentos participativos que existem a nível nacional – OPP e OPEscolas –,** de modo a otimizar recursos e não replicar esforços. Esta articulação poderá assumir a forma de um órgão executivo comum, como uma comissão ou uma unidade de missão, capaz de coordenar as várias iniciativas de orçamento participativo existentes a nível nacional.

B. Insuficiência de recursos – pessoas, verba e tempo

Um dos fatores que contribui para os bons resultados de um orçamento participativo é a capacidade administrativa e financeira da entidade que conduz a iniciativa (Allegretti e Herzberg, 2006). Também decisivo é o interesse dos atores envolvidos e o empenho na capacitação de todos os atores (Allegretti, Leiva e Yáñez, 2011).

A ambição e exigência do OPJP são desproporcionais para os recursos que foram alocados à sua implementação. Considerando todos os desafios que comporta uma iniciativa à escala nacional, dirigida a jovens e baseada em metodologias participativas, uma implementação bem-sucedida do OPJP teria requerido a dedicação de mais pessoas, verba e tempo.

- ✓ **Recomendação 5: Constituir uma equipa para a implementação do OPJP,** com dimensão e qualificação adequadas à exigência dos objetivos e das metodologias envolvidas, permitindo manter uma estrutura organizacional sólida para realizar as diversas tarefas – divulgação e

comunicação, mobilização de entidades parceiras, sessões com jovens, monitorização e avaliação, execução dos projetos vencedores, etc. Esta equipa deverá congrega competências em gestão financeira, gestão de projetos, educação, comunicação, juventude e cidadania.

- ✓ Recomendação 6: **Aumentar o investimento financeiro no OPJP**, incrementando quer a verba do OE atribuída à execução de projetos vencedores, quer a verba alocada a todas as outras fases da implementação. A regulamentação deve prever o montante e a fonte de financiamento para cada fase do OPJP. Além das evidentes vantagens para a realização das atividades, o aumento do montante alocado refletirá a importância reconhecida ao OPJP pelas partes interessadas e poderá tornar a iniciativa mais apelativa para jovens e para todas as entidades envolvidas.
- ✓ Recomendação 7: **Assegurar que a verba necessária à execução dos projetos está disponível aquando do apuramento dos projetos vencedores**, prevenindo que isto constitua um motivo para protelações e incertezas quanto ao início da sua execução.
- ✓ Recomendação 8: **Calendarizar as atividades de cada edição de modo a aproveitar todo o ano**, permitindo que todas as fases de implementação sejam mais alargadas. A ampliação do período reservado a cada fase permitirá uma melhor organização e comunicação das atividades, incluindo a adoção de métodos mais adequados. Se necessário, deverá equacionar-se uma regularidade bienal (em vez de anual) para a realização do OPJP.

C. Lacunas de substância técnica nas várias fases da intervenção

Desde as primeiras iniciativas de orçamento participativo na Europa, tem-se constatado a importância crucial do processo e a necessidade de desenvolver cada iniciativa da forma mais adequada aos seus objetivos e ao perfil de participantes (Abelson e Gauvin, 2006). Os processos participativos bem-sucedidos, com o efetivo incremento da inclusão social a que se propõem, exigem que as instituições envolvidas na implementação sejam capazes de aprender e de se organizar para este efeito (Falanga, 2014). Longe de constituir uma vocação natural das instituições, a promoção de uma participação significativa e conseqüente dos cidadãos só é possível através da aprendizagem e transformação contínuas.

No cômputo das três edições, os indicadores quantitativos de participação no OPJP são relativamente baixos, quer consideremos o número de jovens presentes em EP (3204), de propostas apresentadas (1243) ou de votos válidos (18 535). O limitado alcance da intervenção é notório quando constatamos que a população entre os 15 e 29 anos de idade em Portugal é superior a 1,5 milhões de indivíduos. Além da *quantidade* de jovens participantes, também a *qualidade* da sua participação foi, na maioria dos casos, muito reduzida, cingindo-se a um momento pontual e superficial (a presença num EP ou o voto). Entre jovens com uma participação mais profunda e duradoura, como os proponentes de projetos vencedores, a experiência foi insatisfatória e dececionante em muitos aspetos. Quer em quantidade, quer em qualidade, não encontramos evidências de que o OPJP tenha produzido efeitos assinaláveis na confiança dos jovens nas instituições democráticas ou na sua propensão para a participação política.

- ✓ Recomendação 9: **Desenvolver e aplicar métodos mais adequados de divulgação do OPJP**, envolvendo toda a variedade de parceiros relevantes (associações juvenis e outras, escolas, instituições de ensino superior, municípios, etc.), recorrendo a diversos canais de comunicação presenciais e digitais, e criando uma rede de embaixadores do OPJP que, pela sua visibilidade a nível nacional ou local, possam desempenhar um papel eficaz de promoção. Deve garantir-se que a divulgação alcança jovens para lá dos contextos sociais e das redes de contactos tipicamente mais mobilizadas – escolas e associações –, prevenindo a reprodução de desigualdades socioeconómicas e territoriais.
- ✓ Recomendação 10: **Desenvolver e aplicar métodos mais adequados de discussão e elaboração de propostas**. Estes devem assegurar o tempo necessário para uma reflexão e debate substantivos antes da apresentação de propostas, procurando contribuir para diversificar e melhorar a qualidade das propostas. Os jovens deverão ser incentivados a participar em mais que uma sessão de trabalho e conhecer a matriz da análise técnica que será aplicada às suas propostas.
- ✓ Recomendação 11: **Aperfeiçoar o processo de análise técnica das propostas apresentadas pelos jovens**, reconsiderando em particular o tempo concedido para a tarefa e a capacitação de quem a realiza. Deverão ser designados pontos focais para o OPJP em todas as áreas do governo e da administração pública envolvidas. É fundamental prevenir a aprovação de propostas que não cumprem os requisitos ou cuja execução é inviável por algum motivo, de modo a evitar casos em que projetos vencedores têm de ser redesenhados para permitir a sua execução, assim desrespeitando a vontade dos proponentes e dos votantes. Deve ser claro para todos os intervenientes que a análise técnica é uma fase crucial, da qual dependem a transparência e a credibilidade de toda a intervenção.
- ✓ Recomendação 12: **Reforçar a divulgação da fase de votação**, nomeadamente com a mobilização de técnicos e de entidades no terreno.

D. Comunicação desadequada

Uma outra condição necessária ao sucesso de um orçamento participativo, estreitamente ligada à definição de regras claras e acessíveis, é a qualidade da comunicação com as diversas partes intervenientes (Allegretti, Leiva e Yáñez, 2011). No caso do OPJP, a comunicação entre as entidades envolvidas nas várias fases de implementação parece ter sido satisfatória, mas a comunicação com os jovens participantes foi marcada por várias debilidades, sobretudo notórias na experiência de jovens proponentes de projetos vencedores.

- ✓ Recomendação 13: **Assegurar que a equipa implementadora conhece e sabe comunicar de forma simples e clara os princípios e as regras de operacionalização do OPJP a todas as partes interessadas**, em todas as fases de implementação. É especialmente importante transmitir com rigor, desde o primeiro contacto com os jovens, os procedimentos para a execução de projetos vencedores, em particular qual o papel dos jovens proponentes na

execução, prevenindo a frustração de expectativas. Isto requer, a montante, a uniformização dos procedimentos para a execução dos projetos (no regulamento) e a transparência na sua aplicação.

- ✓ **Recomendação 14: Disponibilizar publicamente um observatório de projetos vencedores,** dando conta do seu estado de execução. A divulgação pública do impacto dos projetos contribuirá para incentivar jovens a participar e reconhecer o esforço das instituições e dos profissionais envolvidos.

E. Inconsequência dos resultados de monitorização e avaliação

O sucesso de uma iniciativa de orçamento participativo depende também da coerência e do aperfeiçoamento dos elementos organizacionais do processo (Allegretti e Herzberg, 2006). A implementação do OPJP incluiu um mecanismo de monitorização e avaliação anual, assegurado por especialistas contratados para o efeito. No entanto, verificaram-se duas debilidades neste quadrante. Primeiro, a equipa contratada para a avaliação esteve também incumbida da realização de atividades de implementação do OPJP, impossibilitando uma perspetiva externa sobre os resultados. Segundo, a maioria das recomendações elaboradas por essa equipa não foram incorporadas no desenho e na implementação da intervenção. Além disso, seria útil a avaliação integrar propostas metodológicas que existem para a avaliação de processos participativos (OIDP, 2006; Falanga, 2018c; Falanga e Ferrão, 2021).

- ✓ **Recomendação 15: Reforçar o mecanismo de avaliação do OPJP, enfatizando a componente de avaliação de impacto.** Deverá procurar-se que um conjunto de indicadores seja mantido ao longo de várias edições para permitir comparabilidade ao longo do tempo. A avaliação beneficiará também da adoção de formas mais precisas e sofisticadas de aferição, incluindo métodos experimentais ou quasi-experimentais, entre outras alternativas existentes.
- ✓ **Recomendação 16: Promover um diálogo regular, atempado e produtivo entre técnicos e decisores políticos, bem como a divulgação pública dos resultados das avaliações,** garantindo a reflexão e incorporação atempadas das recomendações das avaliações no aperfeiçoamento dos processos de implementação.

Referências bibliográficas

- Abelson, Julia e François-Pierre Gauvin (2006). *Assessing the Impacts of Public Participation: Concepts, Evidence and Policy Implications*. Research Report P|06, Public Involvement Network.
- AD&C – Agência para o Desenvolvimento e Coesão (2021). *Plano Global de Avaliação do Portugal 2020 – Planeamento e Preparação das Avaliações*. Lisboa: AD&C.
- Allegretti, Giovanni e Carsten Herzberg (2006). *Participatory Budgets in Europe. Between Efficiency and Growing Local Democracy*. Transnational Institute Briefing Series 2004/05.
- Allegretti, Giovanni, Nelson Dias e Sofia Antunes (2016). Transformar o território promovendo a cidadania: metodologia em evolução nos orçamentos participativos de Lisboa e Cascais. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* 14, 143-176.
- Allegretti, Giovanni, Patricia García Leiva e Pablo Paño Yáñez (2011). *Viajando por los Presupuestos Participativos: Buenas Prácticas, Obstáculos y Aprendizajes*. Málaga: Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga.
- Associação In Loco (2017). *Orçamento Participativo Jovem Portugal – Relatório Final*.
- Beach, Derek e Rasmus Brun Pedersen (2013). *Process-Tracing Methods: Foundations and Guidelines*. Ann Arbor: University of Michigan.
- Befani, Barbara e John Mayne (2014). Process tracing and contribution analysis: a combined approach to generative causal inference for impact evaluation. *IDS Bulletin* 45 (6), 17-36.
- Bherer, Laurence, José Luis Fernández-Martínez, Patricia García Espín e Manuel Jiménez Sánchez (2016). The promise for democratic deepening: the effects of participatory processes in the interaction between civil society and local governments. *Journal of Civil Society* 12 (3), 344-363.
- Comissão Europeia (2013). *EVALSED: The Resource for the Evaluation of Socio-Economic Development: Guide and Sourcebook*. Luxembourg: European Commission.
- Coryn, Chris L. S., Lindsay A. Noakes, Carl D. Westine e Daniela C. Schröter (2011). A systematic review of theory-driven evaluation practice from 1990 to 2009. *American Journal of Evaluation* 32 (2), 199-226.
- Dias, Nelson (org.) (2014). *Hope for Democracy – 25 Years of Participatory Budgeting Worldwide*. Lisboa: In Loco.
- Dias, Nelson (org.) (2022). *20 Anos de Orçamentos Participativos em Portugal*. Vila Ruiva: Epopeia, Câmara Municipal de Cascais e Associação Oficina.
- Dias, Nelson e Giovanni Allegretti (2009). Orçamentos Participativos em Portugal: em busca de uma democracia de maior proximidade ou de uma racionalidade funcional? *CIDADES, Comunidades e Territórios* 18, pp. 59-78.
- Dias, Nelson, Sahsil Enríquez e Simone Júlio (orgs.) (2020). *Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos 2019*. Vila Ruiva / Faro: Epopeia & Oficina.
- Dias, Nelson, Sahsil Enríquez, Rafaela Cardita, Simone Júlio e Tatiane Serrano (2021). *Atlas Mundial dos Orçamentos Participativos 2020-2021*. Vila Ruiva / Faro: Epopeia & Oficina.
- Dias, Nelson, Vânia Martins e Simone Júlio (2019). *Orçamento Participativo Jovem Portugal 2019 – Relatório de Avaliação*.
- Falanga, Roberto (2014). Changes need change: a psychosociological perspective on participation and social inclusion. *Rivista di Psicologia Clinica* 2, 24-38.

- Falanga, Roberto (2015). Desafios e horizontes da participação cívica nas políticas públicas. In: Ferrão, João e Ana Horta (orgs.). *Ambiente, Território e Sociedade – Novas Agendas de Investigação*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 197-203.
- Falanga, Roberto (2018a). *Como Aumentar a Escala dos Orçamentos Participativos? O Orçamento Participativo Portugal (OPP) e o Orçamento Participativo Jovem Portugal (OPJP)*. Policy Brief 2018, Observa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
- Falanga, Roberto (2018b). Participatory processes for whom? A critical look at Portugal in times of austerity. *Lo Squaderno* 47, 37-41.
- Falanga, Roberto (2018c). Avaliação de processos participativos com a sociedade civil. In: Ferrão, João e José Manuel Pinto Paixão (orgs.) (2018). *Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Lisboa, pp. 455-479.
- Falanga, Roberto (2019). Processos Participativos nas Políticas Públicas em Portugal. In: Abreu, João (ed.). *Inteligência Territorial – Governança, Sustentabilidade e Transparência*. Santo Tirso: Idioteque, pp. 441-459.
- Falanga, Roberto e João Ferrão (2021). The evaluation of citizen participation in policymaking: insights from Portugal. *Evaluation and Program Planning* 84, 101895.
- Fernández-Martínez, José Luis, Patricia García-Espín e Manuel Jiménez-Sánchez (2020). Participatory frustration: the unintended cultural effect of local democratic innovations. *Administration & Society* 52 (5), 718-748.
- Ferreira, Vítor Sérgio, Marina Costa Lobo, Jussara Rowland e Edalina Sanches (2017). *Geração Milénio? Um Retrato Social e Político*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Font, Joan, Donatella Della Porta e Yves Sintomer (2012). Methodological challenges in participation research. *Revista Internacional de Sociología* 70 (2), 9-18.
- Font, Joan, Graham Smith, Carol Galais e Pau Alarcón (2018). Cherry-picking participation: explaining the fate of proposals from participatory processes. *European Journal of Political Research* 57 (3), 615-636.
- Font, Joan, Sara Pasadas del Amo e Graham Smith (2016). Tracing the impact of proposals from participatory processes: methodological challenges and substantive lessons. *Journal of Public Deliberation* 12 (1), 3.
- Forss, Kim (2005). An evaluation framework for information, consultation and public participation. In: OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. *Evaluating Public Participation in Policymaking*. Paris: OCDE, pp. 41-84.
- Frewer, Lynn J. e Gene Rowe (2005). Evaluating public participation exercises: strategic and practical issues. In: OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. *Evaluating Public Participation in Policymaking*. Paris: OCDE, pp. 85-108.
- GAO – Government Accountability Office (2012). *Designing Evaluations – 2012 Revision*. Washington: US GAO.
- Garbarino, Sabine e Jeremy Holland (2009). *Quantitative and Qualitative Methods in Impact Evaluation and Measuring Results*. Governance and Social Development Resource Centre, Emerging Issues Research Service, UK Department for International Development.
- García-Espín, Patricia e Manuel Jiménez Sánchez (2017). Los procesos participativos como potenciadores de la democracia: explorando los efectos, mecanismos y evidencias en la sociedad civil. *Revista de Estudios Políticos* 177, 113-146.
- Gates, Emily e Lisa Dyson (2016). Implications of the changing conversation about causality for evaluators. *American Journal of Evaluation* 38 (1), 29-46.
- Júlio, Simone e Nelson Dias (2018). *Orçamento Participativo Jovem Portugal 2018 – Relatório de Avaliação*.

- Lobo, Marina Costa, Vítor Sérgio Ferreira e Jussara Rowland (2015). *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e Atitudes dos Jovens numa Perspectiva Comparada*. Lisboa: Observatório Português da Juventude, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Magalhães, Pedro (2022). *A Participação Política da Juventude em Portugal: Um retrato Comparativo e Longitudinal, 2002-2019*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mayne, John (2015). Useful theory of change models. *Canadian Journal of Program Evaluation* 30 (2), 119-142.
- Mayne, John (2019a). Revisiting Contribution Analysis. *Canadian Journal of Program Evaluation* 34 (2), 171-191.
- Mayne, John (2019b). *The COM-B Theory of Change Model V5*. Working Paper. Consultado a 11/7/2022: https://www.researchgate.net/publication/335404381_The_COMB_ToC_ModelV5
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2005). *Evaluating Public Participation in Policymaking*. Paris: OCDE.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2020). *Improving Governance with Policy Evaluation: Lessons From Country Experiences*. Paris: OCDE.
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2021). *Applying Evaluation Criteria Thoughtfully*. Paris: OCDE.
- OIDP - International Observatory on Participatory Democracy (2006). *Guía Práctica para la Evaluación de Procesos Participativos*. International Observatory on Participatory Democracy.
- Paz, Carlos (2018). Youth participatory budgeting – Portugal. In: Dias, Nelson (org.). *Hope for Democracy: 30 years of Participatory Budgeting Worldwide*. Faro: Oficina, pp. 479-490.
- Santos, Margarida Couto (2019). *Participação Pública Institucional: A Democracia Segue Dentro de Momentos. Uma Perspectiva Crítica dos Orçamentos Participativos*. Tese de Doutoramento em Psicologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- Sgueo, Gianluca (2016). *Participatory Budgeting. An Innovative Approach*. European Parliamentary Research Service. Consultado a 13/10/2022: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2712213>
- Stern, Elliot (2015). *Impact Evaluation – A Guide for Commissioners and Managers*. Big Lottery Fund, Bond, Comic Relief and the United Kingdom Department for International Development.
- Stern, Elliot, Nicoletta Stame, John Mayne, Kim Forss, Rick Davies e Barbara Befani (2012). *Broadening the Range of Designs and Methods for Impact Evaluations*. DFID Working Paper 38, United Kingdom Department for International Development.
- Treasury Board of Canada Secretariat (2021). *Theory Based Approaches to Evaluation: Concepts and Practices*. Consultado a 13/10/2022: <https://www.canada.ca/en/treasury-board-secretariat/services/audit-evaluation/evaluation-government-canada/theory-based-approaches-evaluation-concepts-practices.html>
- Van Es, Marjan, Irene Guijt e Isabel Vogel (2015). *Theory of Change Thinking in Practice: A Stepwise Approach*. Haia: Hivos.
- Weiss, Carol H. (1997). How can theory-based evaluation make greater headway? *Evaluation Review* 21 (4), 501-524.

Anexos

I. Projetos vencedores do OPJP

Ano	Projeto	Área temática	Região beneficiária	Orçamento (€)	Proponentes	Nº de votos	Entidade executante	Estado de execução*
2017	Liga-te à Pateira	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Centro	75 000	Inês Tavares de Castro, Hélder da Silva Arede, Alexandre Resende Reis Pires	832	Quercus	Concluído
	Arribear	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Centro	40 000	Sandrina Dias Pereira	796	Quercus	Concluído
	O Grande Livro do Parque	Educação para as ciências	Centro	60 000	Catarina Isabel Oliveira Tomaz	686	Quercus	Concluído
	Centro de Recursos Desporto Inclusivo / Banco de Ajudas Técnicas Desportivas	Desporto inclusivo	Alentejo	33 000	Maria Margarida de Carvalho Patrocínio	441	IPDJ - Direção Regional Alentejo	Concluído
	Minhotacleta	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Norte	5 000	Marta Silva, Joana Amorim	410	IPDJ - Direção Regional do Norte	Concluído
	App Caderneta do Aluno	Educação para as ciências	Todo o país	50 000	Ana Teresa da Silva Bento	403	DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência	Concluído
	Gym4All	Desporto inclusivo	Centro	38 500	Bruna Cosme Martins	379	IPDJ - Direção Regional Centro	Concluído

2018	Caminhando para a Inclusão	Desporto inclusivo	Norte	30 000	Márcia Gomes	810	Centro Social e Paroquial Santo Estevão de Oldrões	Concluído
	Desporto para Todos	Desporto inclusivo	Centro	100 000	Ana Rita da Rocha Moreira	685	Associação de Vale Domingos	Em curso
	Criação de uma rede de desporto para inclusão de jovens com necessidades educativas especiais	Desporto inclusivo	Norte	25 000	Geraldo Pinto, Diogo Costa	251	Associação de Judo do Distrito de Viana do Castelo	Concluído
	Teatro da Pessoa / Casulos	Inovação cultural	Centro	100 000	Ana Sequeira	203	Direção Regional de Cultura do Centro	Concluído
	Energia Azul (Energia Osmótica)	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Centro	75 000	Miguel Ribeiro	197	Universidade de Aveiro - Departamento de Engenharia Mecânica	Em curso
	Âmago – Rede de Colaboração Intergeracional de Inovação para a Saúde	Diálogo intergeracional	Norte	50 000	Hernâni Oliveira	164	Associação Vocábulos e Narrativas	Concluído
	(Re)Florescer o Minho	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Norte	80 000	Miguel Alegria	145	–	Em análise
2019	Portugal EContigo	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Todo o país	40 000	Filipa Silva	468	Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável	Em curso
	Plástico Zero	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Lisboa e Vale do Tejo	30 000	Eva Claro	428	IPDJ - Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Concluído
	Centro de Recuperação e Investigação do Camaleão Algarve	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Algarve	60 000	Miguel Villa de Brito	314	Associação Vita Nativa	Concluído

JAH MOMENT – Projeto de inclusão social	Igualdade e inclusão social	Lisboa e Vale do Tejo	60 000	Nuno Alóvia Almeida	295	Associação Rato	Concluído
Precious Plastic Aveiro	Ambiente e desenvolvimento sustentável	Centro	75 000	Liliana Alves Macedo	290	Universidade de Aveiro - Fábrica de Ciência Viva	Em curso
Feira da Cultura Cigana	Igualdade e inclusão social	Centro	80 000	Soraia	284	–	Em análise
Fortalecer o Voluntariado – Bombeiro Jovem	Educação formal e não formal	Centro	90 000	Diogo Filipe Machado de Almeida	272	Federação de Bombeiros do Distrito de Coimbra	Concluído

* Conforme reportado pelo IPDJ à data de conclusão da avaliação (julho de 2023).

II. Síntese dos estudos de caso

Projeto	App Caderneta do Aluno
Proposta	<p>Foi submetida em 2017 por Ana Teresa da Silva Bento, professora.</p> <p>Enquadrada na área temática de Educação para as Ciências, a proposta App Caderneta do Aluno consistia na criação de uma aplicação móvel para a transmissão de informações entre docentes e encarregados de educação, tais como mensagens sobre o comportamento e a assiduidade do estudante, lembretes das datas de testes e fichas formativas, notas de avaliação, dificuldades de aprendizagem ou materiais de apoio às aulas, entre outros.</p> <p>Pretendia contribuir para “criar um vínculo mais forte e uma comunicação permanente entre encarregados de educação e professores”, apresentando-se também como uma medida que “ajuda no combate ao insucesso escolar e apoia a sustentabilidade ambiental”. A proposta mencionava ainda a possibilidade de a aplicação incluir a localização do educando através de GPS. Indicava como orçamento 20 000 a 40 000 euros.</p>
Análise técnica	A proposta foi aprovada na fase de análise técnica, com reforço do orçamento para 50 000 euros.
Votação	Com 403 votos, foi o 6.º projeto mais votado da edição de 2017. Por conseguinte, contou-se entre os projetos vencedores apresentados publicamente em dezembro desse ano.
Execução do projeto	<p>Para a execução do projeto, o IPDJ contactou a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), por se tratar do organismo gestor das bases de dados de estudantes, às quais seria necessário aceder para tornar operacional a aplicação móvel. Foi também envolvida a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), após se concluir que o acesso à aplicação seria validado através de Chave Móvel Digital.</p> <p>Em agosto de 2019, o IPDJ contratou a empresa Babel Ibérica S.A. para a construção, desenvolvimento e implementação da aplicação, com base num caderno de encargos incluindo especificações técnicas elaboradas pela DGEEC. O contrato determinou que o serviço seria prestado em 11 semanas, por um montante total de 47 355 euros.</p> <p>A aplicação ficou disponível para utilização no final de 2019.</p> <p>O IPDJ e a DGEEC celebraram um acordo de cedência segundo o qual a utilização e a manutenção da aplicação ficaram a cargo da DGEEC.</p>
Principais aspetos positivos	<ul style="list-style-type: none"> • A proposta submetida e o projeto efetivamente executado tiveram um carácter nacional, beneficiando todo o país. • A execução ficou a cargo de organismos da administração pública, com uma articulação bem sucedida entre o IPDJ, a DGEEC e a AMA durante o desenho e a concretização do plano de trabalho. Isto permitiu que o projeto fosse incorporado pelas instituições e adquirisse a configuração de uma pública política. • A adesão de docentes, encarregados de educação e estudantes à aplicação foi considerada muito positiva pela DGEEC, que registou 30 000 ativações com Chave Móvel Digital logo nos primeiros dois meses e recebeu <i>feedback</i> positivo das escolas. A aplicação ganhou uma utilidade acrescida e imprevista nos períodos de confinamento e ensino à distância decretados devido à pandemia de Covid-19, facilitando por exemplo a comunicação das notas de avaliação. As dúvidas de utilizadores têm sido esclarecidas através de uma caixa de correio eletrónico criada para este fim. • O projeto contribuiu para alterações de dinâmicas comunitárias, suprimindo uma necessidade existente e apoiando a desmaterialização da comunicação entre docentes e encarregados de educação, como se pretendia na proposta inicial.

Principais limitações	<ul style="list-style-type: none"> > O projeto não conduziu à formulação de uma política pública propriamente nova, na medida em que já estava a ser ponderada pela DGEEC uma solução semelhante permitindo o acesso interativo de encarregados de educação ao existente portal informático Escola 360. Mais do que formular, o projeto App Caderneta do Aluno contribuiu para acelerar e moldar a política pública. > O envolvimento da jovem proponente na execução do projeto foi diminuto, sobretudo devido à natureza técnica das atividades. Ainda assim, a jovem foi informada dos progressos e esteve presente na apresentação da aplicação ao Secretário de Estado da Juventude e Desporto. > Uma vez que o sistema central de informação escolar (Escola 360) ainda não é utilizado em tempo real por todas as escolas, a aplicação poderá servir no máximo cerca de 300 000 estudantes. No caso das restantes escolas, a utilidade da aplicação cinge-se à consulta da informação disponibilizada pela escola de três em três meses, por exemplo as notas de avaliação, sem possibilidade de acesso interativo por parte do encarregado de educação. Um outro obstáculo à utilização da aplicação é a necessidade de estudantes e encarregados de educação terem Chave Móvel Digital. > A verba orçamentada para o projeto foi suficiente para a sua execução, mas a sua manutenção requer um investimento continuado, e.g. para correções técnicas e subscrições das lojas <i>online</i>, que foi até ao momento assegurado pela DGEEC.
-----------------------	---

Projeto	Teatro da Pessoa / Casulos
Proposta	<p>Foi submetida em 2018 por Ana Sequeira, atriz.</p> <p>Enquadrada na área temática de Inovação Cultural, a proposta Teatro da Pessoa – Partilha e Intervenção Cultural consistia na criação de um espaço comum acessível a todos, localizado nas Caldas da Rainha, que pudesse servir tanto a pedagogia como a produção artística. Seria composto por zonas distintas: uma minibiblioteca artística com predominância do género Teatral; um espaço de lazer e galeria para exposições; uma loja social para troca, compra e venda de artigos em segunda mão; e um estúdio de aulas e ensaios para apresentação de espetáculos e outros eventos culturais.</p> <p>Quanto aos seus objetivos, a proposta mencionava que se pretendia contribuir para o crescimento e desenvolvimento cultural e diversificado das Caldas da Rainha e dos municípios em redor, promovendo-se a criação artística e a expressão dramática, o convívio e a partilha cultural, a dinamização da população artística local, a realização de eventos culturais e a inclusão social e de género.</p> <p>Indicava como orçamento máximo 25 000 euros.</p>
Análise técnica	A proposta foi aprovada com reforço do orçamento previsto, que passou para os 100 000€.
Votação	Com 203 votos, foi o 4.º projeto mais votado da edição de 2018. Por conseguinte, contou-se entre os projetos vencedores apresentados publicamente em dezembro desse ano.
Execução do projeto	<p>Após ter sido declarado vencedor, constatou-se a impossibilidade formal do IPDJ dar seguimento à execução do projeto, por o mesmo implicar a construção de infraestruturas – a criação de um espaço físico para o desenvolvimento da atividade cultural, o que não é permitido pelo regulamento do OPJP.</p> <p>A solução encontrada pelo IPDJ passou por protocolar com a Direção Regional de Cultura do Centro a reformulação do projeto, de modo a compatibilizá-lo com as regras do OPJP. Assim, a DRCC ficou incumbida de conceber e implementar um projeto alternativo de natureza cultural, procurando seguir o espírito inicial da proposta vencedora e cumprir os seus objetivos gerais. Deste</p>

	<p>modo, propôs o projeto “Casulos”, dirigido especificamente à população carenciada e a estudantes de Artes do Espetáculo e de Artes Plásticas, que apresentava como principais atividades o desenvolvimento de exposições temporárias e de residências artísticas. Tinha como territórios de implementação as Caldas da Rainha, através do Museu José Malhoa, e Figueiró dos Vinhos, através da casa-atelier Casulo de Malhoa.</p> <p>As atividades do projeto desenvolveram-se entre maio de 2021 e dezembro de 2022.</p>
Principais aspetos positivos	<ul style="list-style-type: none"> • A execução ficou a cargo de um organismo da administração pública, o que permitiu poupança de recursos que puderam ser direcionados para as atividades do projeto e torná-lo, assim, mais ambicioso. • Foi bastante mobilizador, com a participação de cerca de 30 parceiros (entidades públicas, privadas e sem fins lucrativos) e de 80 artistas (profissionais da cultura, estudantes e amadores). Favoreceu a criação de novas sinergias e redes de contactos entre todos os envolvidos. • Permitiu disseminar práticas culturais diferenciadoras junto de comunidades que, por norma, têm maior dificuldade de acesso a este tipo de atividades, como a população sénior e as pessoas com incapacidades. Permitiu também que estas populações estabelecessem elos de partilha com os artistas.
Principais limitações	<ul style="list-style-type: none"> > O projeto original não preenchia os requisitos de exequibilidade previstos no regulamento do OPJP, o que obrigou a uma reestruturação profunda e atrasou a sua execução. Foi também uma situação delicada, devido às expectativas que já tinham sido criadas. > O envolvimento da jovem proponente foi diminuto. O projeto implementado, apesar de ter os mesmos objetivos, foi bastante distinto do projeto de partida. > O projeto Casulos já estava a ser desenvolvido pela DRCC, e a verba do OPJP foi aproveitada para o seu financiamento e reforço das suas atividades. > Devido à pandemia provocada pela COVID-19, foi necessário reagendar várias oficinas e residências artísticas, limitar o número de participantes e tornar obrigatório o uso de máscara em ações de partilha de emoções e experiências humanas.

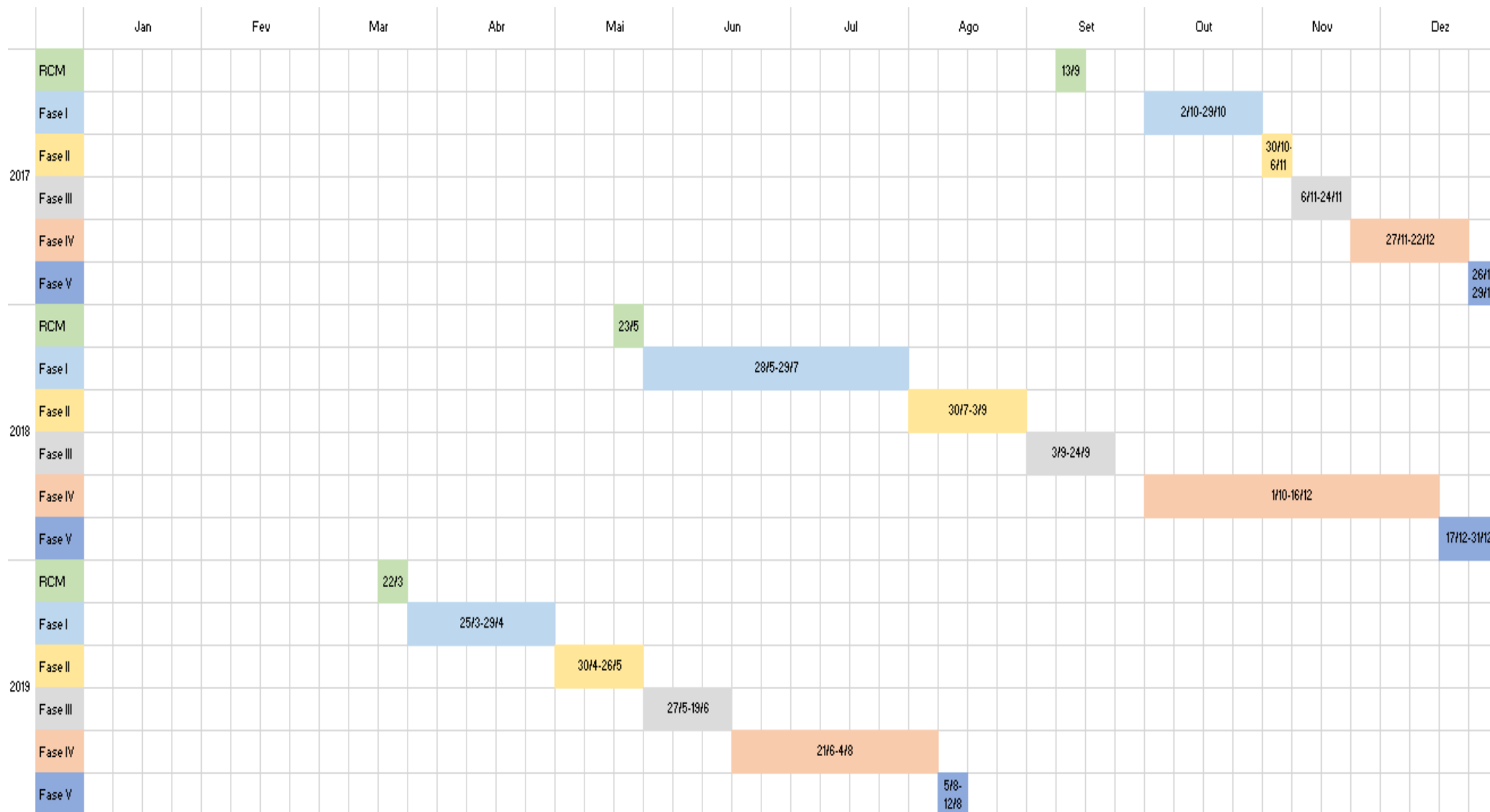
Projeto	Desporto para Todos
Proposta	<p>Foi submetida em 2018 por Ana Rita da Rocha Moreira, voluntária na Associação Vale Domingos. Enquadrada na área temática Desporto Inclusivo, a proposta Desporto para todos consistia na implementação de “um modelo inovador integrador das melhores metodologias pedagógicas e sociais que desenvolvam aptidões relacionadas com criatividade, cidadania, cooperação, integração, exercício físico e mental”. Tratava-se, na prática, do desenvolvimento de atividades de cariz desportivo, cultural e pedagógico, a desenvolver na aldeia Vale Domingos, em Águeda, “cujos habitantes foram objeto de exclusão social, afetando os resultados escolares dos mais jovens e a empregabilidade dos adultos.” Para o desenvolvimento das atividades, era necessário a aquisição de vários equipamentos multíusos: mesa de ping pong, snooker, matraquilhos, máquinas de exercício exterior, sistema de som para treinos sincronizados em grupo e outros materiais e <i>kits</i> de desporto.</p> <p>Indicava um orçamento entre os 75 000 € e os 100 000 €.</p>
Análise técnica	A proposta foi aprovada com fixação do orçamento em 100 000€.
Votação	Com 685 votos, foi o 2.º projeto mais votado da edição de 2018. Por conseguinte, contou-se entre os projetos vencedores apresentados publicamente em dezembro desse ano.
Execução do projeto	Para a execução do projeto, o IPDJ celebrou protocolo de parceria com a Câmara Municipal de Águeda e com a Associação de Vale Domingos, uma associação local promotora da inclusão social

	<p>das pessoas em maior vulnerabilidade (comunidade cigana, desempregados, beneficiários de RSI...).</p> <p>No âmbito desse protocolo, foi apresentado um projeto de concretização da ideia vencedora, articulado entre a Câmara, a Associação e a jovem proponente, que previa a construção de uma “Transitolândia” (circuito para promoção da educação rodoviária, composto por estradas com passadeiras, marcações rodoviárias, sinalização, rotunda e cruzamento), um campo sintético de futebol e ações de comunicação e marketing.</p> <p>A Câmara Municipal de Águeda ficou de disponibilizar os espaços para a implementação do projeto, designadamente um terreno que adquiriu para a instalação do circuito rodoviário e do campo de futebol, e que se encontra em processo de cedência à Associação de Vale Domingos.</p> <p>O projeto encontra-se em execução desde finais de 2021, sem data prevista para conclusão.</p>
Principais aspetos positivos	<ul style="list-style-type: none"> • Conseguiu-se uma articulação bem sucedida entre o IPDJ, a Câmara Municipal de Águeda, a Associação de Vale Domingos e a jovem vencedora, que é voluntária nesta associação. • O projeto tem o potencial de se tornar uma grande fonte de desenvolvimento e dinamismo local, pelas atividades e mobilização desportiva que prevê, e por pretender envolver especificamente franjas da população mais vulneráveis.
Principais limitações	<ul style="list-style-type: none"> • Demora na aquisição e cedência do terreno necessário para a construção e instalação dos recintos desportivos. Enquanto o contrato de comodato não for formalizado entre a Câmara Municipal de Águeda e a Associação de Vale Domingos, não é possível concretizar as atividades previstas. • O financiamento previsto revelou-se insuficiente, devido ao encarecimento das matérias-primas e ao facto de as verbas do OPJP já incorporarem valores relativos ao IVA, o que diminui o montante líquido disponível. • Evidências de dualidade de critérios nas decisões: este projeto, que envolve a construção de infraestruturas, será implementado, enquanto outros tiveram de ser reestruturados. Além disso, a execução foi entregue a uma associação onde a jovem proponente é voluntária, o que não foi permitido noutros casos.

Projeto	Energia Azul (Energia Osmótica)
Proposta	<p>Foi submetida em 2018 por Miguel Ribeiro, estudante do ensino secundário.</p> <p>Enquadrada na área temática Sustentabilidade Ambiental, a proposta Energia Azul consistia no desenvolvimento de uma nova fonte de energia renovável, a Energia Osmótica, capaz de criar 1MW de eletricidade (equivalente a 50 000 lâmpadas) a partir da diferença de concentração de sal entre a água do mar (salgada) e a água do rio (doce). Tendo em conta os custos associados, o projeto previa o desenvolvimento de um protótipo em pequena escala, de modo a testar a tecnologia e, no futuro, poder ser implementada em grande escala.</p> <p>Indicava um orçamento entre os 50 000 € e os 75 000 €.</p>
Análise técnica	<p>A proposta foi aprovada com fixação do orçamento em 75 000€.</p>
Votação	<p>Com 197 votos, foi o 5.º projeto mais votado da edição de 2018. Por conseguinte, contou-se entre os projetos vencedores apresentados publicamente em dezembro desse ano.</p>
Execução do projeto	<p>Considerando a natureza experimental e inovadora do projeto, a sua execução foi protocolada com uma instituição de ensino superior, a Universidade de Aveiro.</p>

	<p>Posteriormente, a Universidade propôs ao IPDJ uma alteração ao protocolo, de modo a transformar o projeto de demonstração (o protótipo em pequena escala) num projeto de doutoramento, permitindo a contratação de doutorando.</p> <p>A assinatura do protocolo teve lugar no final de 2020, o doutoramento teve início em 2021 e prevê-se que venha a ser concluído entre 2024 e 2025.</p>
Principais aspetos positivos	<ul style="list-style-type: none"> • Conseguiu-se uma articulação bem sucedida entre o IPDJ e a Universidade de Aveiro (Departamento de Engenharia Mecânica). • A entrega da execução a uma instituição de ensino superior permitiu beneficiar de conhecimentos especializados e envolver alunos, oferecendo-lhes novas oportunidades de investigação. Permitiu, ainda, ter acesso a instalações e equipamentos específicos que são necessários ao desenvolvimento da tecnologia e têm custos elevados, não comportáveis com o orçamento disponível. • A ideia é inovadora e tem grande potencial de se tornar uma fonte viável de energia limpa e renovável, beneficiando toda a sociedade.
Principais limitações	<ul style="list-style-type: none"> • O desenvolvimento do projeto envolve despesas recorrentes e necessárias que é preciso acautelar e que têm custos elevados (e.g. consumíveis), sendo incerto se o financiamento previsto será suficiente para a sua conclusão. • O envolvimento do jovem proponente foi muito diminuto. Apesar de a entidade executante ter referido que o jovem estava a par dos desenvolvimentos, o jovem desconhece qual o estado atual do projeto.

III. Calendarização das três edições anuais do OPJP



IV. Programa da apresentação e discussão dos resultados preliminares

PROGRAMA 22 de junho | 10h00-13h00 | Centro de Juventude de Lisboa*

**Centro de Juventude de Lisboa / Instituto Português do Desporto e Juventude,
Rua de Moscavide, 4.71.01 Parque das Nações, 1998-011 Lisboa*

Orçamento Participativo Jovem Portugal

Resultados da avaliação e discussão sobre participação jovem

10:00 Sessão de Abertura

Susana Corvelo, Subdiretora do PlanAPP
Selene Martinho, Vice-Presidente do IPDJ

10:30 Avaliação do Orçamento Participativo Jovem Portugal - Principais resultados

PlanAPP - Unidade Técnica de Avaliação

11:15 Pausa

11:30 Sessões de discussão

Sessões paralelas de reflexão e debate sobre os resultados da avaliação do Orçamento Participativo Jovem Portugal.

- **Sessão A:** *Como desenhar processos de participação jovem?*
- **Sessão B:** *Quais os recursos necessários para o sucesso de um processo de participação jovem?*
- **Sessão C:** *Como melhorar tecnicamente as várias fases de implementação de um processo de participação jovem?*
- **Sessão D:** *Como reforçar a comunicação com os vários intervenientes?*

12:40 Apresentação das conclusões

Apresentação das conclusões das sessões de discussão paralelas.

13:00 Encerramento





www.planapp.gov.pt



[PlanAPP](#)



[@planapp_](#)



[Newsletter](#)

Parceiro

